



ANEXO I

QUADRO DE FUNÇÕES PÚBLICAS, ESCOLARIDADES EXIGIDAS, ATRIBUIÇÕES, JORNADA DE TRABALHO, VENCIMENTOS E VAGAS

COD	Função Pública	Escolaridade	Atribuições	Jornada	Vencimento	Total de vagas p/ Iturama	Nº Vagas (Amp) Iturama	Nº Vagas (PCD) Iturama	Nº Vagas (Negros) Iturama	Total de vagas p/ Alexandrina	Nº Vagas (Amp) Alexandrina	Nº Vagas (PCD) Alexandrina	Nº Vagas (Negros) Alexandrina	
01	AGENTE DE CUIDADOS AOS ANIMAIS	Ensino Médio Completo	Realizar a limpeza e desinfecção diária de canis, baixas, gaiolas, utensílios, equipamentos e demais áreas destinadas à permanência dos animais, em conformidade com os protocolos de biossegurança e vigilância sanitária; fornecer alimentação e água aos animais, conforme prescrição e orientação técnica; prestar cuidados gerais de higiene animal, incluindo a realização de banhos, tosas higiênicas, escovação, limpeza de ouvidos, corte de unhas e outras rotinas de asseio, conforme necessidade do animal e sob orientação da equipe técnica; observar atentamente o comportamento dos animais, comunicando imediatamente qualquer alteração física, sintoma de doença, agressividade ou comportamento anormal; auxiliar na contenção segura dos animais para a realização de procedimentos clínicos e cirúrgicos, coleta de sangue, aplicação de medicamentos e vacinas; colaborar com a equipe em ações de resgate, transporte e acolhimento de animais em situação de abandono, maus-tratos ou risco iminente; apoiar campanhas públicas de vacinação, castração e adoção; manter os ambientes organizados, limpos e confortáveis, zelando pelas condições de segurança, saúde e bem-estar dos animais; recolher e descartar corretamente resíduos sólidos e líquidos, conforme as normas ambientais e sanitárias; orientar o público visitante e potenciais adotantes, quando autorizado, quanto às normas do abrigo e aos cuidados básicos com os animais. Todas as atividades devem ser realizadas com ética, responsabilidade e sensibilidade à causa animal, sob supervisão de médico-veterinário ou profissional designado.	40 H/S	R\$ 3.076,94	CR	CR	CR	CR	-	-	-	-	-
02	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	Ensino Fundamental Completo	Executa serviços de limpeza interna e externa das instalações prediais e de outros próprios públicos, mantendo as condições de higiene e conservação; realiza serviços básicos de copa e cozinha; efetua transporte, carga e descarga de materiais e utensílios, bem como a conservação e manutenção de ferramentas, máquinas e equipamentos, utilizando-se de força braçal; realiza a manutenção de canteiros, praças, jardins, podas de árvores e demais áreas verdes e logradouros públicos; cuida da captura de animais soltos no perímetro urbano, trata e alimenta animais apreendidos e recolhidos no canil municipal; auxilia nos serviços operacionais de construção e de pavimentação; zela pela guarda do patrimônio e exerce a vigilância e a segurança dos estabelecimentos, percorrendo-os sistematicamente e inspecionando suas dependências, para evitar incêndios, roubos, entrada de pessoas estranhas e outras anormalidades; controla o fluxo de pessoas, identificando, orientando e encaminhando-as para os lugares desejados; relata os fatos ocorridos, durante o período de vigilância, à chefia imediata; vistoria rotineiramente a parte externa do patrimônio da Prefeitura e o fechamento das dependências internas, responsabilizando-se pelo cumprimento das normas de segurança estabelecidas; executa outras atividades correlatas e determinadas pelo superior imediato.	40 H/S	R\$ 1.518,00	20+CR	15+CR	01+CR	04+CR	03+CR	02+CR	CR	01+CR	



ANEXO I

QUADRO DE FUNCÕES PÚBLICAS, ESCOLARIDADES EXIGIDAS, ATRIBUIÇÕES, JORNADA DE TRABALHO, VENCIMENTOS E VAGAS

COD	Função Pública	Escolaridade	Atribuições	Jornada	Vencimento	Total de vagas p/ Iturama	Nº Vagas (Amp) Iturama	Nº Vagas (PCD) Iturama	Nº Vagas (Negros) Iturama	Total de vagas p/ Alexandrina	Nº Vagas (Amp) Alexandrina	Nº Vagas (PCD) Alexandrina	Nº Vagas (Negros) Alexandrina	
03	AGENTE EDUCACIONAL PEDAGOGICO	Ensino Superior Completo em Pedagogia	Coordenar, programar e executar a rotina e organização do ambiente; Coordenar, executar, supervisionar os cuidados básicos com alimentação, preparando e organizando as refeições, bem como com a higiene (banho, trocas de fraldas eetc.) e proteção das crianças e adolescentes em situação de acolhimento; Programar, organizar, executar e supervisionar as atividades adequadas ao grau de desenvolvimento de cada criança ou adolescente; Auxiliar a criança ou adolescente para lidar com sua história de vida, fortalecimento da autoestima e construção da identidade; Organizar as fotografias e registros individuais sobre o desenvolvimento de cada criança e/ou adolescente, de modo a preservar a sua história de vida; Acompanhar, em parceria com a coordenação, os serviços de saúde, educação e outros requeridos no cotidiano; Planejar e desenvolver em conformidade com as propostas pedagógicas da unidade de acolhimento, atividades lúdicas, pedagógicas, sociais, culturais eetc.,que contribuam para o desenvolvimento de competências do ser e conviver; Apoiar, de acordo com as orientações da equipe técnica, a preparação da criança ou adolescente para desligamento; Manter atualizado o livro de registros, anotando tudo aquilo, que considerar importante, que tenha ocorrido em seu plantão; Zelar pelos materiais permanentes existentes no local; Manter, juntamente com seu Auxiliar caso existente em seu plantão, limpo e organizado os vestuários das crianças e adolescentes, sendo responsável ainda pelos vestuários de cama, mesa e banho utilizados no local; Identificar sinais de alterações físicas e psicológicas nas crianças e/ou adolescentes e providenciar o auxílio médico necessário, solicitando apoio da equipe técnica; Ministrar medicação prescrita As crianças e/ou adolescentes de acordo com dosagens e horários especificados em receituários e cronogramas, comprometendo-se a comunicar A coordenação em tempo hábil sobre o esgotamento dos frascos/cartelas de medicamentos de uso contínuo; Atuar em equipe de forma comprometida e colaborativa, participando da definição de medidas de segurança e das avaliações das crianças e/ou adolescentes em conjunto com a equipe técnica e coordenação do local; Desenvolver com os adolescentes condições para a independência e autocuidado; Executar outras tarefas correlatas.	30 H/S	R\$ 1.995,85	30+CR	22+CR	02+CR	06+CR	02+CR	02+CR	CR	CR	
04	ARQUITETO	Ensino Superior Completo em Arquitetura	Elabora planos e projetos associados à arquitetura em todas as suas etapas, definindo materiais, acabamentos, técnicas, metodologias, analisando dados e informações; fiscaliza e executa obras e serviços, e outras atividades correlatas a área.	40 H/S	R\$ 4.989,63	CR	CR	CR	CR	-	-	-	-	
05	AUDITOR FISCAL SANITÁRIO	Ensino Superior Completo	Planeja, analisa e desenvolve atividades de fiscalização municipal; exerce atividades inerentes à vigilância, prevenção e controle de doenças nas relações de consumo, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do SUS e sob supervisão da unidade de vigilância em Saúde da Prefeitura; faz cumprir a legislação sanitária em vigor por meio de vistorias de rotina ou programadas, autuando e aplicando multas e penalidades aos infratores, no interesse da saúde coletiva; executa outras atividades ou encargos que lhes sejam determinados por lei ou autoridade competente.	40 H/S	R\$ 3.076,94	CR	CR	CR	CR	-	-	-	-	
06	COVEIRO	Ensino Fundamental Completo	Auxilia nos serviços funerários, controla, prepara, limpa, abre e fecha sepulturas; realiza sepultamentos, faz traslado de corpos e despojos; procede limpeza e auxilia em todos os setores dos cemitério municipal; auxilia nos serviços de construção e demolição de alvenaria, carpintaria e pintura; executa serviços referentes à carga e descarga de veículos; executa pequenos reparos que não exijam qualificação profissional; efetua a conservação de jardins, canteiros, vasos, floreiras e outros; realiza o plantio, replantio, poda e enxerto de diferentes plantas; capina, varre e mantém limpo o cemitério; auxilia na colocação do caixão na cova e na manipulação das cordas de sustentação; pinta áreas gerais do cemitério, remarca as identificações das sepulturas e reforma calcadas; executa outras atividades correlatas	40 H/S	R\$ 1.518,00	01+CR	01+CR	CR	CR	01+CR	01+CR	CR	CR	



ANEXO I

QUADRO DE FUNÇÕES PÚBLICAS, ESCOLARIDADES EXIGIDAS, ATRIBUIÇÕES, JORNADA DE TRABALHO, VENCIMENTOS E VAGAS

COD	Função Pública	Escolaridade	Atribuições	Jornada	Vencimento	Total de vagas p/ Iturama	Nº Vagas (Amp) Iturama	Nº Vagas (PCD) Iturama	Nº Vagas (Negros) Iturama	Total de vagas p/ Alexandrina	Nº Vagas (Amp) Alexandrina	Nº Vagas (PCD) Alexandrina	Nº Vagas (Negros) Alexandrina	
07	CUIDADOR	Ensino Médio Completo	Coordenar, programar e executar a rotina e organização do ambiente; Coordenar, executar, supervisionar os cuidados básicos com alimentação, preparando e organizando as refeições, bem como com a higiene (banho, trocas de fraldas eetc.) e proteção das crianças e adolescentes em situação de acolhimento; Programar, organizar, executar e supervisionar as atividades adequadas ao grau de desenvolvimento de cada criança ou adolescente; Auxiliar a criança ou adolescente para lidar com sua história de vida, fortalecimento da autoestima e construção da identidade; Organizar as fotografias e registros individuais sobre o desenvolvimento de cada criança e/ou adolescente, de modo a preservar a sua história de vida; Acompanhar, em parceria com a coordenação, os serviços de saúde, educação e outros requeridos no cotidiano; Planejar e desenvolver em conformidade com as propostas pedagógicas da unidade de acolhimento, atividades lúdicas, pedagógicas, sociais, culturais eetc.,que contribuam para o desenvolvimento de competências do ser e conviver; Apoiar, de acordo com as orientações da equipe técnica, a preparação da criança ou adolescente para desligamento; Manter atualizado o livro de registros, anotando tudo aquilo, que considerar importante, que tenha ocorrido em seu plantão; Zelar pelos materiais permanentes existentes no local; Manter, juntamente com seu Auxiliar caso existente em seu plantão, limpo e organizado os vestuários das crianças e adolescentes, sendo responsável ainda pelos vestuários de cama, mesa e banho utilizados no local; Identificar sinais de alterações físicas e psicológicas nas crianças e/ou adolescentes e providenciar o auxílio médico necessário, solicitando apoio da equipe técnica; Ministrar medicação prescrita As crianças e/ou adolescentes de acordo com dosagens e horários especificados em recetários e cronogramas, comprometendo-se a comunicar A coordenação em tempo hábil sobre o esgotamento dos frascos/cartelas de medicamentos de uso continuo; Atuar em equipe de forma comprometida e colaborativa, participando da definição de medidas de segurança e das avaliações das crianças e/ou adolescentes em conjunto com a equipe técnica e coordenação do local; Desenvolver com os adolescentes condições para a independência e autocuidado; Executar outras tarefas correlatas.	40 H/S	R\$ 1.755,20	04+CR	03+CR	CR	01+CR	-	-	-	-	-
08	EDUCADOR DESPORTIVO	Ensino Superior completo em Educação Física	Promove a prática de atividades e exercícios físicos em geral, atendendo cidadãos de diferentes faixas etárias, ensinando e orientando os princípios, as regras e técnicas das atividades esportivas, para possibilitar- lhes o desenvolvimento harmônico do corpo e a manutenção de boas condições de saúde; executa outras atividades correlatas.	30 H/S	R\$ 2.494,82	CR	CR	CR	CR	-	-	-	-	
09	ENCARREGADO DE SERV. PÚBLICOS	Ensino Médio Completo	I. Realizar vistoria diária para a fiscalização das atividades desenvolvidas nos setores conforme estabelecido em roteiro pré-definido; 2. Supervisionar a distribuição de materiais e produtos de limpeza aos setores observando as normas de segurança; 3. Fiscalizar limpeza mediante preenchimento de check-list de eficácia, identificando reparos necessários solicitando-os ao responsável pelo setor; 4. Orientar colaboradores na execução das tarefas, avaliando o desempenho; 5. Observar a frequência dos colaboradores, alterando a distribuição de tarefas e/ou remanejar colaboradores, se necessário; 6. Manter-se atualizado e atualizar os colaboradores sobre as técnicas e uso de equipamentos e produtos; 7. Participar de reuniões setoriais e intersetoriais, quando convocado; 8. Zelar pelo uso correto, manutenção, limpeza e guarda dos equipamentos e materiais; 9. Desenvolver atividades delegadas pela chefia imediata; 10. Observar e fazer cumprir o uso correto dos EPIs pelos colaboradores; 11. Manter atualizados e aplicados os instrumentos normativos do setor; 12. Manter rigoroso controle do material de consumo; 13. Comunicar quaisquer irregularidades a chefia imediata; 14. Acionar a Secretaria de Recursos Humanos e Pessoal para solicitação de medida disciplinar aos colaboradores nas situações em que se julgue necessário; 15. Informar ao encarregado administrativo sobre a necessidade de manutenção de equipamentos; 16. Cumprir com o Plano de Ação Setorial junto à sua equipe de trabalho; 17. Desenvolver atividades delegadas pela chefia imediata; 18. Respeitar e conhecer os instrumentos normativos do setor como instruções de trabalho, contrato de interação de processos, políticas setoriais e outros que venham ser determinados; 19. Executar outras tarefas correlatas A. área 20. Coordenar, gerenciar e conduzir o serviço operacional nas atividades do Serviços Públicos de coleta de lixo, varrição, jardinagem e demais atividades de limpeza urbana.	40 H/S	R\$ 4.656,99	CR	CR	CR	CR	-	-	-	-	



ANEXO I

QUADRO DE FUNCÕES PÚBLICAS, ESCOLARIDADES EXIGIDAS, ATRIBUIÇÕES, JORNADA DE TRABALHO, VENCIMENTOS E VAGAS

COD	Função Pública	Escolaridade	Atribuições	Jornada	Vencimento	Total de vagas p/ Iturama	Nº Vagas (Amp) Iturama	Nº Vagas (PCD) Iturama	Nº Vagas (Negros) Iturama	Total de vagas p/ Alexandrina	Nº Vagas (Amp) Alexandrina	Nº Vagas (PCD) Alexandrina	Nº Vagas (Negros) Alexandrina
10	ENFERMEIRO	Ensino Superior Completo em Enfermagem	Realiza o planejamento, a coordenação e a avaliação das equipes de enfermagem, prestando cuidados de enfermagem e supervisionando o trabalho técnico; controla e requisita materiais e medicamentos, participa de programas de promoção da saúde e contribui para o desenvolvimento dos trabalhos realizados pela equipe de saúde.	40 H/S	R\$ 3.326,42	CR	CR	CR	CR	CR	CR	CR	CR
11	ENGENHEIRO AGRÔNOMO	Ensino Superior Completo em Engenharia Agronômica	Elabora e executa projetos referentes a engenharia agrônoma visando a execução de programas e projetos da área de saneamento básico e de desenvolvimento ambiental; executa outras atividades correlatas.	40 H/S	R\$ 4.989,63	CR	CR	CR	CR	-	-	-	-
12	ENGENHEIRO AMBIENTAL	Ensino Superior Completo em Engenharia Ambiental	Atua com serviços técnicos especializados de inspeção de meio ambiente, controle da poluição, gestão e execução de programas de treinamento ambiental; elabora estudos e anuências ambientais, serviços técnicos especializados de gestão ambiental; executa outras atividades correlatas.	40 H/S	R\$ 4.989,63	CR	CR	CR	CR	-	-	-	-
13	FISCAL TRIBUTÁRIO	Ensino Médio Completo	Fiscaliza estabelecimentos industriais, comerciais e prestadores de serviços, verificando a correta inscrição quanto ao tipo de atividades, recolhimento de taxas e tributos municipais, ou licença de funcionamento, para notificar as irregularidades encontradas; autua, notifica e intima os infratores das obrigações tributárias e das normas municipais, com base em vistorias realizadas para prestarem esclarecimentos ou pagarem seus débitos junto à prefeitura municipal; elabora relatórios de irregularidades encontradas, com base nas vistorias efetuadas, informando seus superiores para que as providências sejam tomadas; autua e notifica os contribuintes que cometem infrações e informa-os sobre a legislação vigente, visando à regularização da situação e o cumprimento da lei; mantém-se atualizado sobre a política de fiscalização tributária, acompanhando as alterações e divulgações feitas em publicações especializadas, colaborando para difundir a legislação vigente; executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.	40 H/S	R\$ 2.245,33	CR	CR	CR	CR	-	-	-	-
14	FONOaudiólogo	Ensino Superior Completo em Fonoaudiologia	Realiza diagnóstico, tratamento, prevenção e reabilitação de indivíduos com distúrbios de comunicação, desenvolvendo métodos e técnicas de trabalho que permitam a melhoria da qualidade dos serviços da área de fonoaudiologia do Município.	40 H/S	R\$ 3.326,42	CR	CR	CR	CR	-	-	-	-
15	MECÂNICO DE VEÍCULOS	Ensino Fundamental Completo	Realiza reparos e manutenção de motores, sistemas e partes dos veículos automotores da Prefeitura; substitui peças e testa o desempenho de componentes e sistemas dos veículos; executa outras atividades correlatas.	40 H/S	R\$ 2.494,82	CR	CR	CR	CR	-	-	-	-
16	NUTRICIONISTA	Ensino Superior Completo em Nutrição	Planeja, coordena e supervisiona serviços e programas de nutrição nas áreas da saúde, educação e outras afins que requerem atenção de processos e procedimentos nutricionais para melhoria da qualidade de saúde da população.	40 H/S	R\$ 3.326,42	CR	CR	CR	CR	-	-	-	-
17	OFICIAL DE OBRAS	Ensino Fundamental Completo	Faz fundações de obras, observando a profundidade, espessura e resistência das colunas e pilares; levanta os cantos da construção, observando o prumo, esquadramento o seu nível; efetua acabamento de obras, tais como: colocação de azulejos, lajotas e tafos, rebocos e calafinagem; executa quando necessário tarefas simples como: abrir valetas, fazer massas, carregar e descarregar caminhões; constrói e mantém calçadas, meios-fios, canteiros de alvenaria, caixa de escoamento, drenagem de praças e ruas; executa trabalhos de manutenção corretiva de prédios, reparando paredes e pisos, aparelhos sanitários e outras peças, chumbando as bases danificadas, para reconstruir essas estruturas; instala, repara e conserva instalações hidráulicas e sanitárias nos prédios públicos ou outros locais públicos que requerem seus serviços, utilizando ferramentas manuais e especiais para possibilitar o seu funcionamento; mantém limpos os materiais e ferramentas de trabalho; executa outras atividades correlatas determinadas pelo superior imediato.	40 H/S	R\$ 1.995,85	CR	CR	CR	CR	-	-	-	-
18	OFICIAL DE PINTURA	Ensino Fundamental Completo	Efetua e/ou restaura pinturas de instalações prediais, em faixas de segurança em estações e oficinas; pintura de letras, painéis, placas, quadros, portas, janelas, madeiras, edificações, faixas de sinalização, e outros, fazendo o tratamento, preparo de tintas e superfícies, dimensionando o material a ser utilizado; executa outras atividades inerentes a sua área de atuação, sempre que solicitado ou necessário.	40 H/S	R\$ 1.995,85	CR	CR	CR	CR	-	-	-	-



ANEXO I

QUADRO DE FUNÇÕES PÚBLICAS, ESCOLARIDADES EXIGIDAS, ATRIBUIÇÕES, JORNADA DE TRABALHO, VENCIMENTOS E VAGAS

COD	Função Pública	Escolaridade	Atribuições	Jornada	Vencimento	Total de vagas p/ Iturama	Nº Vagas (Amp) Iturama	Nº Vagas (PCD) Iturama	Nº Vagas (Negros) Iturama	Total de vagas p/ Alexandrina	Nº Vagas (Amp) Alexandrina	Nº Vagas (PCD) Alexandrina	Nº Vagas (Negros) Alexandrina
19	SUPERVISOR DE OBRAS	Ensino Fundamental Completo	Supervisiona, orienta e coordena a execução de trabalhos rotineiros de construção de obras em geral, acompanhando o cronograma de execução dos projetos e a utilização racional de materiais e instrumentos; supervisiona e responsabiliza-se por tarefas rotineiras na construção e conservação de estradas, vias públicas, de obras e edifícios públicos e de iluminação pública; supervisiona equipe de trabalhadores distribuindo atividades e orientando os trabalhadores no cumprimento de suas tarefas; interpreta plantas, gráficos e escalas constantes do projeto para a equipe quanto à execução dos trabalhos; controla o estoque de materiais, e equipamentos e instrumentos necessários à realização do projeto, verificando a qualidade, quantidade e condições de armazenagem; acompanha a realização do projeto, solucionando problemas, redistribuindo tarefas, remanejando equipes de trabalho e tomando outras providências necessárias ao cumprimento do cronograma e das especificações técnicas; controla a dosagem de argamassa e concreto; controla o volume da produção, identificando e analisando causas de não conformidade; executa outras atividades afins e correlatas.	40 H/S	R\$ 2.494,82	CR	CR	CR	CR	-	-	-	-
20	TÉCNICO ELETRICISTA	Ensino Médio Completo + Curso Técnico em Elétrica	Planeja, executa e elabora estudos e projetos elétricos, participa do desenvolvimento de processos que operam sistemas elétricos e realiza a manutenção e instalação dos serviços nas unidades públicas; executa outras atividades correlatas.	40 H/S	R\$ 2.494,82	CR	CR	CR	CR	-	-	-	-
21	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	Ensino Médio Completo em Curso Técnico em Enfermagem	Realiza ações assistenciais de enfermagem, participando do planejamento da programação de assistência de enfermagem.	40 H/S	R\$ 2.494,82	CR	CR	CR	CR	CR	CR	CR	CR
22	TÉCNICO EM IMAGEM E SOM	Ensino Médio Completo em Curso Técnico em Imagem e Som	Controla e se responsabiliza pelo uso, empréstimo e manutenção de equipamentos de imagem e som da Prefeitura; produz material audiovisual, de acordo com as necessidades da Prefeitura; supervisiona os serviços contratados em relação aos aspectos referentes à imagem e som; realiza manutenção nos equipamentos e, quando necessário, acompanha serviços feitos por empresas contratadas; executa outras tarefas correlatas determinadas pelo superior hierárquico.	40 H/S	R\$ 2.494,82	CR	CR	CR	CR	-	-	-	-
23	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	Ensino Médio Completo em Curso Técnico em Informática	Dá suporte técnico nos equipamentos de informática, recupera, conserva e realiza manutenção; verifica regularmente as condições e funcionamento dos equipamentos; atende usuários internos e externos, instalando e mantendo aplicativos e sistemas, ferramentas de mensagens, equipamentos, sistemas operacionais e banco de dados, com conhecimento básico de rede lógica e física, que inclui testes de cabeamento, placas de rede, configurações no sistema operacional utilizado pelo município; pesquisa e testa novas tecnologias e ferramentas para contribuir com atualização do parque de informática da organização; executa outras atividades correlatas.	40 H/S	R\$ 2.494,82	CR	CR	CR	CR	CR	CR	CR	CR
24	TÉCNICO EM VETERINÁRIA	Ensino Médio Completo em Curso Técnico em Veterinária	Prestar assistência direta ao médico-veterinário durante consultas, procedimentos clínicos e cirúrgicos, realizando a contenção segura e adequada dos animais; preparar e organizar materiais cirúrgicos e equipamentos para uso médico, procedendo à sua limpeza e esterilização; auxiliar na administração de medicamentos, vacinas e tratamentos prescritos, sob supervisão do profissional responsável; acompanhar os animais no pré e pós-operatório, zelando por sua recuperação e bem-estar; registrar informações clínicas e atualizações em prontuários e fichas individuais dos animais; colaborar no controle de estoque de medicamentos, vacinas, ração e demais insumos veterinários; atender orientações de primeiros socorros em situações emergenciais, observando os limites de sua qualificação; apoiar campanhas públicas de vacinação, castração e adoção responsável; orientar adotantes ou cuidadores quanto a tratamentos, curativos e cuidados básicos prescritos. Suas atividades deverão ser desenvolvidas sempre sob supervisão técnica de médico-veterinário, conforme dispõe a Lei Federal nº 5.517/1968.	40 H/S	R\$ 2.494,82	CR	CR	CR	CR	-	-	-	-
25	TERAPEUTA OCUPACIONAL	Ensino Superior Completo em Terapia Ocupacional	Procede ao tratamento, desenvolvimento e reabilitação de pacientes portadores de deficiência física e/ou psíquica, promovendo atividades com fins específicos para ajudá-los na sua recuperação e integração social.	40 H/S	R\$ 3.326,42	CR	CR	CR	CR	-	-	-	-

CR = CADASTRO DE RESERVA



ANEXO II
QUADRO DE COMPOSIÇÃO DAS PROVAS

ESCOLARIDADE: FUNDAMENTAL COMPLETO

Função Pública	Disciplina	Nº de Questões	Valor de cada questão
Agente de Serviços Gerais	Língua Portuguesa	10	1,0
	Matemática	10	1,0
	TOTAL	20 questões	20 pontos
Coveiro	Língua Portuguesa	10	1,0
	Matemática	10	1,0
	TOTAL	20 questões	20 pontos
Mecânico de Veículos	Língua Portuguesa	10	1,0
	Matemática	10	1,0
	TOTAL	20 questões	20 pontos
Oficial de Obras	Língua Portuguesa	10	1,0
	Matemática	10	1,0
	TOTAL	20 questões	20 pontos
Oficial de Pintura	Língua Portuguesa	10	1,0
	Matemática	10	1,0
	TOTAL	20 questões	20 pontos
Supervisor de Obras	Língua Portuguesa	10	1,0
	Matemática	10	1,0
	TOTAL	20 questões	20 pontos

ESCOLARIDADE: MÉDIO COMPLETO

Função Pública	Disciplina	Nº de Questões	Valor de cada questão
Agente de Cuidados aos Animais	Língua Portuguesa	10	1,0
	Raciocínio Lógico	10	1,0
	Noções de Informática	10	1,0
	Legislação	10	1,0
	TOTAL	40 questões	40 pontos
Cuidador	Língua Portuguesa	10	1,0
	Raciocínio Lógico	10	1,0
	Noções de Informática	10	1,0
	Legislação	10	1,0
	TOTAL	40 questões	40 pontos
Encarregado de Serviços Públicos	Língua Portuguesa	10	1,0
	Raciocínio Lógico	10	1,0
	Noções de Informática	10	1,0
	Legislação	10	1,0
	TOTAL	40 questões	40 pontos
Fiscal Tributário	Língua Portuguesa	10	1,0
	Raciocínio Lógico	10	1,0
	Noções de Informática	10	1,0
	Legislação	10	1,0
	TOTAL	40 questões	40 pontos



ANEXO II
QUADRO DE COMPOSIÇÃO DAS PROVAS

ESCOLARIDADE: MÉDIO TÉCNICO COMPLETO

Função Pública	Disciplina	Nº de Questões	Valor de cada questão
Técnico Eletricista	Língua Portuguesa	10	1,0
	Raciocínio Lógico	10	1,0
	Noções de Informática	10	1,0
	Conhecimentos Específicos	10	1,0
	TOTAL	40 questões	40 pontos
Técnico em Enfermagem	Língua Portuguesa	10	1,0
	Raciocínio Lógico	10	1,0
	Noções de Informática	10	1,0
	Conhecimentos Específicos	10	1,0
	TOTAL	40 questões	40 pontos
Técnico em Imagem e Som	Língua Portuguesa	10	1,0
	Raciocínio Lógico	10	1,0
	Noções de Informática	10	1,0
	Conhecimentos Específicos	10	1,0
	TOTAL	40 questões	40 pontos
Técnico em Informática	Língua Portuguesa	10	1,0
	Raciocínio Lógico	10	1,0
	Noções de Informática	10	1,0
	Conhecimentos Específicos	10	1,0
	TOTAL	40 questões	40 pontos
Técnico em Veterinária	Língua Portuguesa	10	1,0
	Raciocínio Lógico	10	1,0
	Noções de Informática	10	1,0
	Conhecimentos Específicos	10	1,0
	TOTAL	40 questões	40 pontos

ESCOLARIDADE: SUPERIOR COMPLETO

Função Pública	Disciplina	Nº de Questões	Valor de cada questão
Agente Educacional Pedagógico	Língua Portuguesa	10	1,0
	Raciocínio Lógico	05	1,0
	Noções de Informática	05	1,0
	Conhecimentos Didáticos-Pedagógicos	10	1,0
	Conhecimentos Específicos	10	1,0
	TOTAL	40 questões	40 pontos
Arquiteto	Língua Portuguesa	10	1,0
	Raciocínio Lógico	05	1,0
	Noções de Informática	05	1,0
	Legislação	10	1,0
	Conhecimentos Específicos	10	1,0
	TOTAL	40 questões	40 pontos



ANEXO II
QUADRO DE COMPOSIÇÃO DAS PROVAS

Função Pública	Disciplina	Nº de Questões	Valor de cada questão
Auditor Fiscal Sanitário	Língua Portuguesa	10	1,0
	Raciocínio Lógico	05	1,0
	Noções de Informática	05	1,0
	Legislação	10	1,0
	Conhecimentos Específicos	10	1,0
	TOTAL	40 questões	40 pontos
Educador Desportivo	Língua Portuguesa	10	1,0
	Raciocínio Lógico	05	1,0
	Noções de Informática	05	1,0
	Conhecimentos Didáticos-Pedagógicos	10	1,0
	Conhecimentos Específicos	10	1,0
	TOTAL	40 questões	40 pontos
Enfermeiro	Língua Portuguesa	10	1,0
	Raciocínio Lógico	05	1,0
	Noções de Informática	05	1,0
	Saúde Pública	10	1,0
	Conhecimentos Específicos	10	1,0
	TOTAL	40 questões	40 pontos
Engenheiro Agrônomo	Língua Portuguesa	10	1,0
	Raciocínio Lógico	05	1,0
	Noções de Informática	05	1,0
	Legislação	10	1,0
	Conhecimentos Específicos	10	1,0
	TOTAL	40 questões	40 pontos
Engenheiro Ambiental	Língua Portuguesa	10	1,0
	Raciocínio Lógico	05	1,0
	Noções de Informática	05	1,0
	Legislação	10	1,0
	Conhecimentos Específicos	10	1,0
	TOTAL	40 questões	40 pontos
Fonoaudiólogo	Língua Portuguesa	10	1,0
	Raciocínio Lógico	05	1,0
	Noções de Informática	05	1,0
	Saúde Pública	10	1,0
	Conhecimentos Específicos	10	1,0
	TOTAL	40 questões	40 pontos
Nutricionista	Língua Portuguesa	10	1,0
	Raciocínio Lógico	05	1,0
	Noções de Informática	05	1,0
	Legislação	10	1,0
	Conhecimentos Específicos	10	1,0
	TOTAL	40 questões	40 pontos
Terapeuta Ocupacional	Língua Portuguesa	10	1,0
	Raciocínio Lógico	05	1,0
	Noções de Informática	05	1,0
	Saúde Pública	10	1,0
	Conhecimentos Específicos	10	1,0
	TOTAL	40 questões	40 pontos



**ANEXO III
CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS E SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS**

OBSERVAÇÃO: A bibliografia sugerida não limita nem esgota o programa. Serve apenas como orientação para a banca elaboradora de provas e para os candidatos.

LÍNGUA PORTUGUESA (ENSINO FUNDAMENTAL)

1. Leitura e interpretação de texto.
2. Denotação e conotação.
3. Ortografia e divisão silábica.
4. Encontros vocálicos e consonantais e dígrafo.
5. Acentuação gráfica.
6. Classes de palavras.
7. Sinônimos e antônimos.
8. Período simples e período composto.
9. Concordância verbal e nominal.
10. Regência verbal e nominal.
11. Sinais de pontuação.

Bibliografia sugerida:

Livros didáticos de Língua Portuguesa do 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental.

LÍNGUA PORTUGUESA (ENSINO MÉDIO E TÉCNICO)

1. Língua e linguagem. Variações linguísticas.
2. Fonética. Ortografia. Acentuação gráfica.
3. Denotação e conotação. Sinônímia e antônímia. Paronímia e homonímia. Ambiguidade.
4. Compreensão e interpretação de textos. Coesão e coerência. Informações implícitas. Intertextualidade.
5. Classes de palavras.
6. Frase, oração e período. Período simples. Período composto por coordenação. Período composto por subordinação.
7. Concordância verbal e nominal.
8. Regência verbal e nominal. Crase.
9. Colocação pronominal.
10. Sinais de pontuação.
11. Figuras de linguagem.

Bibliografia sugerida:

- CEGALLA, D. Paschoal. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. São Paulo: Nacional, 2020.
CUNHA, Celso; CINTRA, L. *Nova gramática do português contemporâneo*. 7. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2017.
FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. *Para entender o texto: leitura e redação*. 17. ed. São Paulo: Ática, 2007.
KOCH, I. Villaça; ELIAS, V. Maria. *Ler e escrever: estratégias de produção textual*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.
KOCH, I. Villaça; ELIAS, V. Maria. *Ler e compreender: os sentidos do texto*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2006.
PATROCÍNIO, Mauro Ferreira. *Aprender e praticar gramática*. 4. ed. São Paulo: São Paulo: FTD, 2019.
ROCHA LIMA, C. Henrique da. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 49. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011.



**ANEXO III
CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS E SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS**

LÍNGUA PORTUGUESA (ENSINO SUPERIOR)

1. Língua e linguagem. Variações linguísticas.
2. Fonética. Ortografia. Acentuação gráfica.
3. Denotação e conotação. Sinonímia e antonímia. Paronímia e homonímia. Ambiguidade.
4. Compreensão e interpretação de textos. Gêneros e tipologias textuais. Coesão e coerência. Pressupostos e subentendidos. Funções da linguagem. Intertextualidade.
5. Argumentação. Recursos argumentativos. Falácia da argumentação.
6. Estrutura e formação de palavras.
7. Classes de palavras.
8. Frase, oração e período. Período simples. Período composto por coordenação. Período composto por subordinação.
9. Concordância verbal e nominal.
10. Regência verbal e nominal. Crase.
11. Colocação pronominal.
12. Sinais de pontuação.
13. Figuras de linguagem.
14. Discurso direto, indireto e indireto livre.

Bibliografia sugerida:

- ANTUNES, Irandé. *Lutar com palavras: coesão e coerência*. 4. ed. São Paulo: Parábola, 2008.
- CEGALLA, D. Paschoal. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. São Paulo: Nacional, 2020.
- CHALHUB, Samira. *Funções da linguagem*. 12. ed. São Paulo: Ática, 2006. (Coleção Princípios).
- CUNHA, Celso; CINTRA, L. *Nova gramática do português contemporâneo*. 7. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2017.
- FIORIN, J. L. *Argumentação*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2022.
- FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. *Para entender o texto: leitura e redação*. 17. ed. São Paulo: Ática, 2007.
- GARCIA, O. Moacir. *Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever, aprendendo a pensar*. 27. ed. atual. Rio de Janeiro: FGV, 2011.
- KOCH, I. G. Villaça; BENTES, A. Christina; CALVALCANTE, M. Cavalcante. *Intertextualidade: diálogos possíveis*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012.
- KOCH, I. Villaça; ELIAS, V. Maria. *Ler e escrever: estratégias de produção textual*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.
- KOCH, I. Villaça; ELIAS, V. Maria. *Ler e compreender: os sentidos do texto*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2006.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. 2. ed. São Paulo: Parábola, 2008.
- ROCHA LIMA, C. Henrique da. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 49. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011.

MATEMÁTICA (ENSINO FUNDAMENTAL)

1. Conjunto dos números naturais: a numeração decimal; operações e resoluções de problemas.
2. Múltiplos e divisores de um número natural: divisibilidade; máximo divisor comum; mínimo múltiplo comum.
3. Números fracionários; operações com números fracionários; resolução de problemas.
4. Frações e números decimais. Operações com números decimais.
5. Sistema Métrico Decimal: Perímetro de figuras planas. Áreas dos retângulos, dos quadrados e dos triângulos. Volume dos paralelepípedos retângulos e dos cubos. Resoluções de problemas.
6. Conjunto dos números inteiros relativos: operações e resoluções de problemas.
7. Conjunto dos números racionais: resoluções de equações do 1º grau. Resoluções de problemas.
8. Razão e proporção: propriedades das proporções; divisão proporcional; média aritmética simples e ponderada; regra de três simples; regra de três, composta.



**ANEXO III
CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS E SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS**

9. Porcentagem, juros simples e montante.
10. Conjunto dos números reais: produtos notáveis; sistemas de equações do 1º grau com duas incógnitas; equações do 2º grau; resoluções de problemas.

Bibliografia sugerida:

GIOVANNI, José Ruy & GIOVANNI JÚNIOR, José Ruy. *Matemática pensar e descobrir: 5ª a 8ª séries*. Editora FTD, 2000.

IEZZI, Gelson & DOLCE, Osvaldo & MACHADO, Antônio. *Matemática e realidade*. Atual Editora, 1997.

SCIPIONE, Di Pierro Netto. *Pensar matemática: para o ensino fundamental. 5ª a 8ª séries*. Ed. Scipione. 1ª edição, 2001.

RACIOCÍNIO LÓGICO (ENSINO MÉDIO, TÉCNICO E SUPERIOR)

Estruturas lógicas; Lógica de argumentação: analogias, inferências, deduções e conclusões; Lógica sentencial (ou proposicional); Proposições simples e compostas; Diagramas lógicos; Operações com conjuntos; Compreensão e elaboração da lógica das situações por meio de: raciocínio verbal, raciocínio matemático, raciocínio sequencial, orientação espacial e temporal, formação de conceitos, discriminação de elementos.

Bibliografia sugerida:

ALENCAR FILHO, Edgard de. **Iniciação à Lógica Matemática**. São Paulo: Nobel, 2002.

BASTOS, Cleverson; KELLER, Vicente. **Aprendendo lógica**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2011.

CESAR, Benjamin; MORGADO, Augusto C. **Raciocínio Lógico - Quantitativo**. 4. ed. São Paulo: Campus Elsevier, 2009. (Série Provas e Concursos).

DANTE, Luiz Roberto. **Matemática: contexto e aplicações**, vol. Único. São Paulo: Ed. Ática, 2007.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA (ENSINO MÉDIO, TÉCNICO E SUPERIOR)

1. Sistemas Operacionais: Windows 10 (Pro);
2. Pacote Office 365 completo e últimas versões atualizadas:
 - 2.1. Word 365: Edição e formatação de textos.
 - 2.2. Excel 365: Elaboração e manipulação de tabelas, gráficos e controle.
 - 2.3. Outlook 365: Correio eletrônico.
3. Google Chrome e Firefox.

Bibliografia sugerida:

Documentação do Pacote Office 365: Word, Excel e Outlook.

Documentação do Windows 10 (Pro).

Documentação do Google Chrome e Firefox.

LEGISLAÇÃO (ENSINO MÉDIO E SUPERIOR)

Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Iturama.

https://sapl.iturama.mg.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/1992/1497/1497_texto_integral.pdf

Lei Orgânica do Município de Iturama.

<https://sapl.iturama.mg.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/1990/4479/lom.pdf>

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constitucional/constitucional.htm



**ANEXO III
CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS E SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS**

CONHECIMENTOS DIDÁTICOS-PEDAGÓGICOS (ENSINO SUPERIOR)

1. Estatuto da Criança e Adolescente.
2. Educação para a Diversidade, Cidadania e Direitos Humanos.
3. Diretrizes Nacionais para a educação em direitos humanos.
4. Programa Nacional Direitos Humanos.
5. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos.
6. Direitos das Mulheres.
7. A Educação das Relações Étnico-Raciais no Brasil.
8. A Educação das Relações Étnico-Raciais e a Década Internacional dos Povos Afrodescendentes.
9. A Educação Escolar Quilombola no Brasil.
10. A organização e Funcionamento da Educação Escolar Quilombola no Estado de Minas Gerais.
11. Diretrizes para a Educação Básica nas escolas do campo em Minas Gerais.
12. Diretrizes Operacionais Básicas para a Educação Básica nas escolas do campo.
13. Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica.
14. Organização e o funcionamento do ensino nas Escolas Estaduais de Educação Básica de Minas Gerais.
15. A política da Educação Integral e Integrada garantindo a formação humana e o desenvolvimento integral dos estudantes.
16. Planejamento escolar e avaliação e monitoramento da aprendizagem.
17. Relações entre os sujeitos da comunidade escolar.
18. Didática: elementos básicos do processo da aprendizagem e metodologia de ensino.
19. Avaliação da aprendizagem: concepção, sujeitos, critérios e instrumentos.
20. Funções da Avaliação Escolar e a análise dos resultados.
21. Currículo na Perspectiva da Inclusão e das Diversidades.
22. Projeto político-pedagógico e a relação com o Plano de Ensino, o Plano de Aula e a gestão da sala de aula.
23. Usos das tecnologias e da cultura digital no cotidiano escolar.
24. Dimensões para a qualidade da docência.
25. A didática como fundamento epistemológico do fazer docente.

Bibliografia sugerida:

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA CASA CIVIL. SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS. Constituição da República Federativa do Brasil – artigos 205 a 214, 217, 225 a 227. Emenda Constitucional nº 14, de 12 de setembro de 1996. (**e suas atualizações**) Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constitucional/constitucional.htm Acesso em: 20 jun. 2025.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular – a Educação é a Base. http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_20dez_site.pdf

BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2007. 76p. (**e suas atualizações**) Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2191-plano-nacional-pdf&category_slug=dezembro-2009-pdf&Itemid=30192.

BRASIL. Decreto n. 7.037, de 21 de dezembro de 2009. Aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3 e dá outras providências. Eixo Orientador V: Educação e Cultura em Direitos Humanos. (**e suas atualizações**) Disponível em: <http://www.mdh.gov.br/assuntos/direito-para-todos/programas/pdfs/programa-nacional-de-direitos-humanos-pndh-3>.

BRASIL. Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. (**e suas atualizações**) Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm.



**ANEXO III
CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS E SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS**

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **(e suas atualizações)** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm.

BRASIL. Ministério da Educação. Pacto nacional pela Alfabetização na Idade Certa. Currículo na Perspectiva da Inclusão e da Diversidade: as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica e o Ciclo da Alfabetização. Caderno 01/MEC, SEB, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. Brasília: MEC/SEB, 2015.

BRASIL. Lei Federal no 13.146, de 06/07/2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). – Cap IV. Disponível: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso: 20.jun.2025.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. DIRETORIA DE CURRÍCULOS E EDUCAÇÃO INTEGRAL. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica. Brasília: MEC/SEB/DICEI, 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file>. Acesso em: 20.jun.2025.

BRASIL. Parecer CNE/CEB n. 16/2012, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola. **(e suas atualizações)**

Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11091-pceb016-12&category_slug=junho-2012-pdf&Itemid=30192

BRASIL. Parecer CNE/CEB n. 3/2008, aprovado em 18 de fevereiro de 2008. Reexame do Parecer CNE/CEB nº 23/2007, que trata da consulta referente às orientações para o atendimento da Educação do Campo.

BRASIL. Parecer CNE/CEB n. 36/2001, homologado por despacho do Ministro da Educação em 12/03/2002 e publicada no Diário Oficial da União em 13/03/2002 – Seção 1, página 11 Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. **(e suas atualizações)**

BRASIL. Parecer CNE/CP n. 8/2012. Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Disponível em: http://www.sdh.gov.br/assuntos/direito-para_todos/pdf/ParecerhomologadoDiretrizesNacionaisEDH.pdf.

BRASIL. Resolução CNE/CEB n. 1, de 03 de abril de 2002. Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. **(e suas atualizações)**

BRASIL. Resolução CNE/CEB n. 2/2008, aprovada em 28 de abril de 2008. Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo.

BRASIL. Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. **(e suas atualizações)** Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10889-rcp001-12&category_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192.

BRASIL. Resolução n. 1, de 17 de junho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa: São Paulo: Paz e Terra, 2002.

LÜCK, Heloisa. Concepções e processos democráticos de gestão educacional. Petrópolis: Editora Vozes, 2006.

LÜCK, Heloisa. Pedagogia Interdisciplinar: fundamentos teóricos-metodológicos. Petrópolis: Editora Vozes, 1995.

LUCKESI, C.C. Avaliação da Aprendizagem Escolar. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MINAS GERAIS. Decreto Estadual n. 47.227 de 02/08/2017 (Institui a Educação Integral e Integrada no ensino público de Minas Gerais).

MINAS GERAIS. Resolução n. 2.820, de 11 de dezembro de 2015. Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais. Institui as Diretrizes para a Educação Básica nas escolas do campo de Minas Gerais. Disponível em: http://servicos.uberlandia.mg.gov.br/uploads/cms_b_arquivos/16886.pdf

MINAS GERAIS. Resolução n. 3.019, de 16 de dezembro de 2016. Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais. Estabelece critérios e define procedimentos para inscrição e classificação de candidatos à designação para o exercício de função pública de Professor de Educação Básica, regente de aulas, do Curso Normal em Nível Médio na Rede Estadual de Ensino. Disponível em:

<https://srebarbacena.educacao.mg.gov.br/images/DIPE/DIGEP/Arquivos/RESOLUO-SEE-N-3191.pdf>

MINAS GERAIS. Resolução SEE n. 3658, de 24 de novembro de 2017, institui as Diretrizes para a



**ANEXO III
CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS E SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS**

Organização da Educação Escolar Quilombolano Estado de Minas Gerais. Disponível em: <https://www.educacao.mg.gov.br/images/documentos/3658-17-r.pdf>

MINAS GERAIS. **Resolução SEEMG n. 2197 de 26/10/2012** (Dispõe sobre a organização e o funcionamento do ensino nas Escolas Estaduais de Educação Básica de Minas Gerais e dá outras providências). Disponível em: <https://orientaeducacao.wordpress.com/wp-content/uploads/2017/02/resoluc3a7c3a3o-see-nc2ba-2-197-de-26-de-outubro-de-2012.pdf>

MINAS GERAIS. **Resolução SEEMG n. 2807 de 29/10/2015** (Altera Art. 78 da Resolução SEE/MG nº 2197/2012).

MINAS GERAIS. Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais. **Proposta Curricular para o Ensino Médio.**

MINAS GERAIS. Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais. **Proposta Curricular para o Ensino Fundamental.**

MOLL, J. et al. **Caminhos da educação integral no Brasil**: direito a outros tempos e espaços educativos. Porto Alegre: Penso, 2012.

MUNANGA, Kabengele (Org.). Superando o racismo na escola. Brasília: Secretaria de Ação Continuada, Alfabetização, e Diversidade, MEC/BID/Unesco, 2005. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/racismo_escola.pdf. Acesso: 20.jun.2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial**. ONU, 1996.

Disponível em: http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001393/139390_por.pdf.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Resolução 68/237 da ONU**. Proclamação da Década Internacional de Povos Afrodescendentes.

Disponível em: https://nacoesunidas.org/img/2014/10/N1362881_pt-br.pdf ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Resolução nº 217 da 3ª Assembleia Geral da ONU, de 10 de dezembro de 1948** (Declaração Universal dos Direitos Humanos).

Disponível em: <<http://www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf>>.

PIMENTA, S. G. (org.). **Saberes pedagógicos e atividade docente**. São Paulo: Cortez, 1999. PIMENTEL, M. G. **O professor em construção**. Campinas, SP: Papirus, 1993.

VASCONCELOS, Celso dos S. **Coordenação do Trabalho Pedagógico**: Do Projeto Político-Pedagógico ao cotidiano da sala de aula: São Paulo, Libertad Editora, 2007.

VEIGA, Ilma P.A. (org.). **Lições de didática**. Campinas, SP: Papirus, p. 35 – 56, 2006. WEISZ, T. **O diálogo entre o ensino e a aprendizagem**. São Paulo: Ática, 2003.

SAÚDE PÚBLICA (ENSINO SUPERIOR)

1. História das Políticas de Saúde no Brasil.
2. Legislação estruturante, princípios e diretrizes do SUS.
3. Financiamento do SUS.
4. Humanização e Acolhimento - Política Nacional de Humanização.
5. Vigilância à Saúde.
6. Promoção da Saúde.
7. Planejamento e Gestão em saúde.
8. Atenção às doenças infecciosas e parasitárias.
9. Programa Nacional de Imunização.

Bibliografia sugerida:

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. Doenças infecciosas e parasitárias: guia de bolso / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância Epidemiológica. – 8. ed. rev. – Brasília: Ministério da Saúde, 2010. 444 p.: Il. – (Série B. Textos Básicos de Saúde)

BRASIL. Congresso Nacional. Lei n.º 8.080/90 de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços



ANEXO III
CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS E SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

correspondentes e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm. Acesso em: 22/07/19.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei n.º 8.142/90 de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8142.htm. Acesso em: 22/07/2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção à Saúde. O ABC do SUS, doutrinas e princípios. Brasília, 1990. Disponível em: http://www.pbh.gov.br/smsa/bibliografia/abc_do_sus_doutrinas_e_principios.pdf. Acesso em: 22/07/2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Promoção da Saúde. 3ª Edição. Brasília, 2010. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_promocao_saude_3ed.pdf. Acesso em: 22/07/2019

BRASIL. Ministério da Saúde. Cartilha Entendendo o SUS. Disponível em: <http://portalarquivos.saude.gov.br/images/pdf/2013/agosto/28/cartilha-entendendo-o-sus-2007.pdf>. Acesso em: 22/07/2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Cartilha da Política Nacional de Humanização, 2010. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/caderno_textos_cartilhas_politica_humanizacao.pdf. Acesso em: 22/07/2019.

BRASIL, Ministério da Saúde. Política Nacional de Humanização – Humaniza SUS. Disponível em www.saude.gov.br e <http://www.redehumanizasus.net/>

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Promoção da Saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. – 3. ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Promoção da Saúde: PNPS: Anexo I da Portaria de Consolidação nº 2, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as políticas nacionais de saúde do SUS/ Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2018.

BRASIL, Ministério da Saúde. *Norma Operacional da Assistência à Saúde/SUS*: NOAS 01/2002, DOU 28/02/2002.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Articulação Estratégica de Vigilância em Saúde. Guia de Vigilância em Saúde [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Articulação Estratégica de Vigilância em Saúde. – 5. ed. rev. e atual. – Brasília: Ministério da Saúde, 2022.

MONKEN, Mauricio; BARCELLOS, Christovam. O Território na Promoção e Vigilância em Saúde. Capítulo 6. In: BARCELLOS, C et al. (Orgs) Território, Ambiente e Saúde. Textos de vigilância.p.177-224. Disponível em: www.google.com/search?ei=U-s1XeLGLtm05OUPgvKIAc&q=textos+de+MONKEN%2C+Mauricio%3B+BARCELLOS%2C+Christovam&oq=textos+de+MONKEN%2C+Mauricio%3B+BARCELLOS%2C+Christovam&gs_l=psy-ab.3..33160.19969.23307..23767...0.0..0.181.1278.0j11.....0....1j2..gws-wiz.....0i71j35i39j0i131j0i67.zNnBmYqtFg8&ved=0ahUKEwiivLvw_8jjAhVZGrkGHQI5An8Q4dUDCAo&ua=ct=5. Acesso em: 22/07/2019.

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente. Departamento do Programa Nacional de Imunizações. Calendário de Vacinação. Disponível em <https://www.gov.br/saude/pt-br/vacinacao/calendario>

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente. Departamento do Programa Nacional de Imunizações. Calendário Nacional de Vacinação ano 2025 - Ciclo de Vida - Crianças (0 a 9 anos, 11 meses e 29 dias). Disponível em <https://www.gov.br/saude/pt-br/vacinacao/calendario-tecnico/calendario-tecnico-nacional-de-vacinacao-crianca>

BRASIL, Ministério da Saúde. Programa Nacional de Imunizações. Disponível em <https://www.gov.br/saude/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/pni>

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente. Departamento do Programa Nacional de Imunizações. Instrução Normativa do Calendário Nacional de Vacinação, 2024. Disponível em



**ANEXO III
CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS E SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS**

<https://www.gov.br/saude/pt-br/vacinacao/publicacoes/instrucao-normativa-calendario-nacional-de-vacinacao-2024.pdf>

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Programa Nacional de Imunizações – 30 anos. Disponível em https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/livro_30_anos_pni.pdf

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
(ENSINO MÉDIO)**

TÉCNICO EM ENFERMAGEM

1. Ética profissional: Código de Ética e Legislação profissional do COFEN e COREN e relações humanas no trabalho.
2. Noções básicas de anatomia, fisiologia, farmacologia, microbiologia e parasitologia.
3. Fármacos: conceitos e tipos, efeitos gerais e colaterais e vias de administração.
4. Cálculo de soluções, de medicações e administração de medicamentos.
5. Técnicas de enfermagem: sinais vitais, higiene, conforto, transporte, administração de dietas, oxigenoterapia e nebulização, cuidados com sondagens e drenos.
6. Doenças Infecciosas e parasitárias.
7. Assistência domiciliar de enfermagem / visita domiciliar.
8. Vacinas: tipos, vias de administração, cuidados com imunobiológicos, técnicas de vacinação, cuidados com o paciente.
9. Atenção à saúde da criança, da mulher, da gestante, do adulto e do idoso.
10. Política Nacional de Humanização.
11. Conceitos, métodos e procedimentos específicos de desinfecção, antisepsia e esterilização de materiais.
12. Suporte básico de vida e atendimento às emergências.
13. Cuidados relacionados à Imunização.

Bibliografia sugerida:

BRASIL, Ministério da Saúde. CENEPI/FNS - *Doenças Infecciosas e Parasitárias - Manual de Bolso: aspectos clínicos, vigilância epidemiológica e medidas de controle.* 8ª revisão, 2010. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/doencas_infecciosas_parasitaria_guia_bolso.pdf

BRASIL. Ministério da Saúde. Programas e Projetos. Disponível em: www.saude.gov.br.

CHEEVER, Kerry H; BRUNNER, Lillian Sholtis; SUDDARTH, Doris Smith. *Brunner & Suddarth | Tratado de Enfermagem Médico-Cirúrgica*, 13ª edição. Guanabara Koogan, 10/2015.

COREN – MG. *Código de Ética e Deontologia de Enfermagem*. Brasília, 2007.

COFEN- [Resolução Cofen 564/2017](#), que aprova o novo Código de Ética da Enfermagem brasileira.

KOCH, Rosi Maria et al. *Técnicas básicas de enfermagem*. 17 ed. Curitiba: Século XXI, 2005.

SOUZA, Marina Celly Martins Ribeiro de. *Enfermagem em Saúde coletiva: teoria e prática*. Rio de Janeiro Guanabara Koogan 2017.

BRASIL, Ministério da Saúde. Política Nacional de Humanização – Humaniza SUS. Disponível em www.saude.gov.br e <http://www.redehumanizasus.net/>

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Promoção da Saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. – 3. ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Promoção da Saúde: PNPS: Anexo I da Portaria de Consolidação nº 2, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as políticas nacionais de saúde do SUS/ Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2018.

AMERICAN HEART ASSOCIATION. Destaques das diretrizes de RCP e ACE, 2020. Disponível em:

https://cpr.heart.org/-/media/CPR-Files/CPR-Guidelines-Files/Highlights/Highlights_2020ECCGuidelines_Portuguese.pdf



**ANEXO III
CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS E SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS**

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente. Departamento do Programa Nacional de Imunizações. Calendário de Vacinação. Disponível em <https://www.gov.br/saude/pt-br/vacinacao/calendario>

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente. Departamento do Programa Nacional de Imunizações. Calendário Nacional de Vacinação ano 2025 - Ciclo de Vida - Crianças (0 a 9 anos, 11 meses e 29 dias). Disponível em <https://www.gov.br/saude/pt-br/vacinacao/calendario-tecnico/calendario-tecnico-nacional-de-vacinacao-crianca>

BRASIL, Ministério da Saúde. Programa Nacional de Imunizações. Disponível em <https://www.gov.br/saude/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/pni>

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente. Departamento do Programa Nacional de Imunizações. Instrução Normativa do Calendário Nacional de Vacinação, 2024. Disponível em <https://www.gov.br/saude/pt-br/vacinacao/publicacoes/instrucao-normativa-calendario-nacional-de-vacinacao-2024.pdf>

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Programa Nacional de Imunizações – 30 anos. Disponível em https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/livro_30_anos_pni.pdf

TÉCNICO ELETRICISTA

Circuitos elétricos CC e CA (monofásicos e trifásicos).

Potência ativa e reativa.

Medição de energia elétrica.

Disjuntores, relés e fusíveis.

Aterramento de equipamentos e instalações elétricas.

Equipamentos de proteção individual e coletiva.

Esquemas e diagramas elétricos unifilares e multifilares.

Instalações elétricas de baixa e média tensão.

Mapa de risco.

Medidas elétricas: instrumentos de medição analógicos e digitais.

NR-10 - Segurança em instalações e serviços em eletricidade.

Prevenção de riscos ambientais.

Princípios de funcionamento de motores de indução monofásicos e trifásicos.

Simbologia e diagramas elétricos.

Sistemas de proteção contra descargas atmosféricas (SPDA).

Transformadores monofásicos e trifásicos.

Bibliografia sugerida:

ASSOCIAÇÃO Brasileira de Normas Técnicas: NBR-5410.

BARTKOWIAK, Robert A. Circuitos elétricos. 2.ed. São Paulo: Mc Graw-Hill. 1999.

CAVALCANTI, P. J. MENDES. Fundamentos De Eletrotécnica - 22ª Edição. Editora Freitas Bastos. 2012.

CREDER, Hélio. Instalações elétricas. 16. Rio de Janeiro: LTC. 2016.

EDMINISTER, Joseph A. & NAHVI, Mahmood. Circuitos elétricos. Coleção Shawn. São Paulo: Bookman. 2014.

KOSOW, Irving L. Máquinas elétricas e transformadores. Rio de Janeiro: Globo. 2000.

MAMEDE FILHO, João. Instalações elétricas industriais. 10 ed. Rio de Janeiro: LTC. 2023.

MAMEDE FILHO, João & MAMEDE, Daniel Ribeiro. Proteção de sistemas elétricos de potência. Rio de Janeiro: LTC. 2024.

NR-10. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/acesso-a-informacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/comissao-tripartite-partitaria-permanente/arquivos/normas-regulamentadoras/hr-10.pdf>

CHAPMAN, Stephen J. Fundamentos de máquinas elétricas. 5. ed. Porto Alegre: AMGH. 2013.



**ANEXO III
CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS E SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS**

TÉCNICO EM IMAGEM E SOM

Este programa contempla a seleção de profissional da área de produção audiovisual com conhecimentos da teoria aplicada à prática, em todo o processo da realização audiovisual.

O candidato deve conhecer equipamentos e formatos de captação de imagens e sons, manuseio e técnicas de roteirização, gravação, uso adequado de lentes, formatos de gravação digital, captação de som direto, iluminação, assim como da edição de produções audiovisuais.

É importante que o profissional demonstre familiaridade em relação à técnica de produção, direção e edição de vídeos, de maneira que permita a execução de bons trabalhos na área, conforme especificidades dos formatos a serem demandados, visando otimização dos processos, em conformidade aos recursos disponíveis.

Basicamente, o profissional interessado deve:

Ter capacidade de produzir diversos tipos de vídeos adequados às variadas aplicações;

Estar capacitado a fazer registros de imagens e sons para produção de audiovisual, edição e postagem nas redes e arquivamento;

Desenvolver roteiros, para as diversas categorias de vídeo, destacando os institucionais e os documentários;

Conhecer as técnicas de gravação audiovisual - como planos, enquadramentos, movimentos de câmera, posicionamento, regras e aplicabilidade do uso das lentes de câmeras, dentre outras;

Ter facilidade para manuseio de equipamentos de captação de imagem, som e de computadores na pós-produção;

Conhecer os tipos de microfones e suas aplicabilidades, assim como a modulação e a mixagem do som, para garantir boa qualidade do produto audiovisual;

Ser capaz de montar artes gráficas no computador, assim como fazer tratamentos em imagens e sons na pós-produção.

Bibliografia sugerida:

LUCENA, Luiz Carlos. **Como Fazer Documentários: Conceito, Linguagem e prática de Produção.** São Paulo: Ed. Summus, 2012.

MOLETTA, Alex. **Você na tela: Criação audiovisual para a Internet.** São Paulo: Ed. Summus, 2019.

MOURA, Edgar Peixoto de. **50 anos luz, câmera e ação.** São Paulo: Ed. SENAC, 2001.

MURCH, Walter. **Num piscar de olhos.** Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2004.

RODRIGUES, Chris. **O Cinema e a Produção.** São Paulo: Ed. Lamparina, 2005.

VALLE, Sólon do. **Microfones.** Rio de Janeiro: Ed. Música e Tecnologia, 2002.

WATTS, Harris. **Direção de câmera.** São Paulo: Ed. Summus, 1999.

WATTS, Harris. **On câmera.** São Paulo: Ed. Summus, 1990.

TÉCNICO EM INFORMÁTICA

1. Noções de redes de computadores:
 - 1.1. Elementos de interconexão de redes (gateways, hubs, repetidores, bridges, switches, roteadores).
 - 1.2. Computação em nuvem.
 - 1.3. Conceito de internet e intranet.
2. Sistema Operacional Windows 10:
 - 2.1. Gerenciamento de arquivos.
 - 2.1.1. Conceitos, tipos, nomes e extensões mais comuns.
 - 2.1.2. Estrutura de diretórios.
 - 2.1.3. Operações: copiar, mover, apagar, buscar.
 - 2.1.4. Compactar/descompactar.
 - 2.2. Instalação e configuração de recursos.
 - 2.3. Backup.
 - 2.4. Gestão de usuários, grupos e controle de acesso.



**ANEXO III
CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS E SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS**

- 2.5. Configuração de recursos de rede.
3. Sistema Operacional Linux:
 - 3.1. conceitos básicos; noções sobre configuração; Conectividade.
 - 3.2. administração; recursos; comandos e utilitários; clientes de rede.
4. Pacote Office 2016
 - 4.1. Word:
 - 4.1.1. Ferramentas e comandos.
 - 4.1.2. Formatação de texto, tabelas, estilos, correspondências e referencias.
 - 4.2. Excel:
 - 4.2.1. Ferramentas e comandos.
 - 4.2.2. Referencias de células.
 - 4.2.3. Fórmulas de lógica, matemática, Pesquisa e Texto.
5. Navegadores Google Chrome e Firefox.
6. Noções de códigos maliciosos:
 - 6.1. Tipos mais comuns.
 - 6.2. Ferramentas para segurança.
7. Banco de dados:
 - 7.1. Modelo de Dados.
 - 7.2. Modelagem e Projeto de Banco de Dados.
 - 7.3. Linguagens de Consulta.

Bibliografia sugerida:

- TORRES, Gabriel. Hardware-Curso Completo. 4a ed. Rio de Janeiro-RJ. 2001.
- VELLOSO, F. C. Informática: conceitos básicos – 10a ed. - Rio de Janeiro: Elsevier, 2017.
- TANENBAUM, A. Sistemas operacionais modernos. 4a ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2016.
- TANENBAUM, A., WETHERALL, David J. Redes de Computadores, 5a Ed., Editora Pearson. 2011
- KUROSE, James F.; ROSS, Keith W. Redes de computadores e a Internet: uma abordagem top-down. 6. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2013
- NEMETH, Evi; SNYDER, Gary; HEIN, Trent. Manual Completo Do Linux - Guia Do Administrador. [S. I.]: Pearson Education do Brasil, 2007.
- Manuais on-line do Sistema Operacional Windows. Disponível em: <https://support.microsoft.com/pt-br/windows>
- Cartilha de segurança da internet. Disponível em: <<http://cartilha.cert.br/>>.
- Manuais on-line do Microsoft Office. Disponível em <https://support.microsoft.com/pt-br>
- Manuais on-line do Mozilla Firefox. Disponível em <https://support.mozilla.org/pt-BR/products/firefox>
- Manuais on-line do Google Chrome. Disponível em <https://support.google.com/chrome/>
- DATE, C. J. Introdução a sistemas de bancos de dados. 8. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.



**ANEXO III
CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS E SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS**

TÉCNICO EM VETERINÁRIA

1. Sistema Único de Saúde (SUS): Princípios e diretrizes do SUS, organização da atenção à saúde, financiamento e controle social.
2. Normas sanitárias e boas práticas que regem os serviços de saúde e os serviços de interesse para a saúde.
3. Gerenciamento de resíduos sólidos: Classificação de resíduos sólidos, Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) e Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS).
4. Epidemiologia: bases conceituais, indicadores de saúde, sistema de informação em saúde.
5. Zoonoses e vigilância sanitária.
6. Noções de biossegurança.
7. Comportamento animal.
8. Bem-estar animal e etiologia.
9. Semiologia e contenção animal.
10. Coleta de amostras laboratoriais de animais.
11. Noções de farmacologia veterinária e vias de administração de medicamentos.
12. Noções de primeiros socorros para animais em urgência e emergência: observação inicial, transmissão de informações ao médico veterinário, cuidados no manuseio de animais acidentados com ferimentos e hemorragias.
13. Ética Profissional e Legislação Veterinária.

Bibliografia sugerida:

ACHA, P. N.; SZYFRES, B. **Zoonoses e doenças transmissíveis comuns ao homem e aos animais**. 3. ed. Brasília: OPAS, 2003.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Cartilha de Vigilância Sanitária**. 2. ed. Brasília, DF: Anvisa, 2002. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cartilha_vigilancia.pdf. Acesso em: 27 jun. 2025.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Manual de Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde**. Brasília, DF: Anvisa, 2006. Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/centraisdeconteudo/publicacoes/servicosdesaude/publicacoes/manual-gerenciamento-dos-residuos-de-servicos-de-saude.pdf/view>. Acesso em: 29 jun. 2025.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Resolução RDC nº 63, de 25 de novembro de 2011**. Dispõe sobre os Requisitos de Boas Práticas de Funcionamento para os Serviços de Saúde. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2011/rdc0063_25_11_2011.html. Acesso em: 28 jun. 2025.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Resolução RDC nº 222, de 28 de março de 2018**. Regulamenta as Boas Práticas de Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2018/rdc0222_28_03_2018.pdf. Acesso em: 29 jun. 2025.

BRASIL. CONAMA. **Resolução nº 358, de 29 de abril de 2005**. Dispõe sobre o tratamento e a disposição final dos resíduos dos serviços de saúde. Disponível em: https://conama.mma.gov.br/?option=com_sisconama&task=arquivo.download&id=453. Acesso em: 27 jul. 2025.

BRASIL. Conselho Federal de Medicina Veterinária. **Código de Ética do Médico Veterinário**. Resolução CFMV nº 1.138/2016. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=336396>. Acesso em: 5 ago. 2025.

BRASIL. Conselho Federal de Medicina Veterinária. **Resolução nº 1.236, de 26 de outubro de 2018. Define e caracteriza crueldade, abuso e maus-tratos contra animais vertebrados, dispõe sobre a conduta de médicos veterinários e zootecnistas e dá outras providências**. Disponível em: https://www.crmv-pr.org.br/uploads/noticia/arquivos/reso-CFMV-1236_2018.pdf Acesso em 23 jul. 2025.

BRASIL. Conselho Federal de Medicina Veterinária. **Resolução CFMV nº 1.260, de 26 de dezembro de 2019**. Define os limites de atuação dos auxiliares de médicos-veterinários. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=480420>. Acesso em: 5 ago. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 64.704, de 17 de junho de 1969**. Regulamenta a Lei nº 5.517/1968. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d64704.htm. Acesso em: 5 ago. 2025.



ANEXO III
CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS E SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei nº 5.517, de 23 de outubro de 1968. Dispõe sobre o exercício da profissão de médico-veterinário. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15517.htm. Acesso em: 5 ago. 2025.

BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18080.htm. Acesso em: 28 jun. 2025.

BRASIL. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm. Acesso em: 29 jun. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Biossegurança em Saúde: Prioridades e Estratégias de Ação. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2010. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/sislab/publicacoes/sislab_biosseguranca_saude_prioridades_estrategicas_acao_p1.pdf/view.

Acesso em: 3 ago. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Manual de vigilância, prevenção e controle de zoonoses. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2016. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/svs/zoonose/manual-zoonoses-tecnicas-e-operacionais.pdf/view>. Acesso em: 3 ago. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. O que é o SUS: e-book interativo. Brasília, DF: Ministério da Saúde, [s.d.]. Disponível em: <https://fiocruz.br/livro/que-e-o-sus-e-book-interativo-o>. Acesso em: 30 jun. 2025.

BRITO, G. A. B. Animais em situação de risco: manejo e primeiros socorros em cães e gatos. Brasília: CBM-DF, 2023.

BROOM, D. M.; FRASER, A. F. Comportamento e bem-estar de animais domésticos. 4. ed. São Paulo: Manole, 2010.

BROOM, D.M; MOLENTO C.F.M. Bem-estar animal: conceitos e questões relacionadas - Revisão. Archives of Veterinary Science. Curitiba, V.9, n.2, p. 1-11, 2004. Disponível em <https://revistas.ufpr.br/veterinary/article/view/4057> Acesso em 27 jul. 2025.

CONCEIÇÃO, C. F. Sanar Note Medicina Veterinária (Pequenos Animais). 2. ed. Salvador: Sanar, 2022. CONTRIBUIÇÃO do ver-sus na formação do profissional médico-veterinário para o sistema único de saúde. **Revista de Educação Continuada em Medicina Veterinária e Zootecnia do CRMV-SP**, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 94–95, 2017. Disponível em: <https://www.revistamvez-crmvsp.com.br/index.php/recmvz/article/view/36891>. Acesso em: 29 jul. 2025.

CRM-SC. Livro Saúde Única. Florianópolis: CRM-SC, [2021]. Disponível em: <https://crmvsc.gov.br/arquivos/Livro-Saude-Unica.pdf>. Acesso em: 3 ago. 2025.

FEITOSA, F. L. F. Semiologia veterinária: a arte do diagnóstico. 4. ed. São Paulo: Roca, 2014.

FIOCRUZ. Manual de Biossegurança. [2021]. Disponível em: https://fiocruz.br/biosseguranca/Bis/manuais/biosseguranca/manual_biosseguranca.pdf. Acesso em: 2 ago. 2025.

FIOCRUZ. Princípios e diretrizes do SUS. [S. I.]: Fiocruz, [s.d.]. Disponível em: <https://mooc.campusvirtual.fiocruz.br/rea/introducao-sus/modulo1/aula2.html>. Acesso em: 30 jun. 2025.

GOMES, Laiza Bonela et al. Teoria do Elo: Maus-tratos aos animais e a violência interpessoal humana no contexto da Saúde Única, Revista V&Z Em Minas. Ano XXXIX, 141, 2019. (página 17 a 23) Disponível em: http://crmvmg.gov.br/arquivos/ascom/Revista_141_web.pdf Acesso em: 202. Jul 2025.

ANIVET. Guia de Primeiros Socorros para Cães e Gatos. Anivet. [2022]. Disponível em: <https://anivet.com.pt/conteudo/pdf-informativo/guia-de-1-socorros-para-caes-e-gatos.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2025.

GUIMARÃES, F. F.; BAPTISTA, A. A. S. Ações da vigilância epidemiológica e sanitária nos programas de controle de zoonoses. Veterinária e Zootecnia, Botucatu, v. 17, n. 2, p. 28-36, 2010. Disponível em: <https://rvz.emnuvens.com.br/rvz/article/view/1192>. Acesso em: 3 ago. 2025.

ITURAMA (MG). Lei nº 2.551, de 28 de dezembro de 2007. Dispõe sobre o Código Sanitário do Município de Iturama. Disponível em: <https://sapl.iturama.mg.leg.br/norma/1356?display>. Acesso em: 28 jun. 2025.

ITURAMA (MG). Lei Orgânica Municipal nº 1, de 16 de março de 1990. Lei Orgânica do Município de Iturama. Disponível em: <https://sapl.iturama.mg.leg.br/norma/4479?display>. Acesso em: 28 jun. 2025.

KELLY, W. R. Diagnóstico clínico veterinário. 3. ed. Rio de Janeiro: Interamericana, 1984.



ANEXO III
CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS E SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

KHAN ACADEMY. **Introdução ao Comportamento Animal.** [2024]. Disponível em: <https://pt.khanacademy.org/science/ap-biology/ecology-ap/responses-to-the-environment/a/intro-to-animal-behavior>. Acesso em: 2 ago. 2025.

LACOVANTUONO, V. S. **Primeiros Socorros Para Cães E Gatos:** Guia Prático De Emergências Para Pets. São Paulo: Martinari, 2025.

MAPA. **Bem-estar Animal no Brasil.** Brasília, DF: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, [2025?]. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/producao-animal/arquivos-publicacoes-bem-estar-animal/folder-bem-estar-animal-no-brasil-versao-portugues.pdf>. Acesso em: 2 ago. 2025.

MEYER, D. J.; HARVEY, J. W. **Medicina laboratorial veterinária:** interpretação e diagnóstico. 3. ed. São Paulo: Roca, 2007.

MINAS GERAIS. **Lei nº 13.317, de 24 de setembro de 1999.** Dispõe sobre o Código de Saúde do Estado de Minas Gerais. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/LEI/13317/1999/?cons=1>. Acesso em: 28 jun. 2025.

PILGER, R. R.; SCHENATO, F. Classificação dos resíduos de serviços de saúde de um hospital veterinário. **Engenharia Sanitária e Ambiental**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 119-125, jan./mar. 2008. Disponível em: http://www.abes-rs.uni5.net/centraldeeventos/_arqTrabalhos/trab_2_5607_20180818195628.pdf. Acesso em: 1 ago. 2025.

RADOSTITS, O. M.; MAYHEW, I. G. J.; HOUSTON, D. M. **Exame clínico e diagnóstico em veterinária.** Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.

ROSA, M. R.; GAMA FILHO, J. B.; COSTA, M. A. F. **Biossegurança em ambientes hospitalares veterinários.** Rio de Janeiro: Rubio, 2012.

SHOJAI, A.; NAZARIAN, E. **Primeiros socorros para cães e gatos.** São Paulo: Gutenberg, 2009.

SPINOSA, H. S.; GÓRNIAK, S. L.; BERNARDI, M. M. **Farmacologia aplicada à medicina veterinária.** 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.

TEIXEIRA, P.; VALLE, S. **Biossegurança:** uma abordagem multidisciplinar. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2010.

THRUSFIELD, M. **Epidemiologia veterinária.** 2. ed. São Paulo: Roca, 2004.

UFMG. **Manual de Patologia Clínica Veterinária.** Belo Horizonte: UFMG, [2007]. Disponível em: <https://www.bibliotecaagptea.org.br/zootecnia/sanidade/livros/MANUAL%20DE%20PATOLOGIA%20CLINICA%20VETERINARIA.pdf>. Acesso em: 3 ago. 2025.

UNIARA. **Manual Ilustrado de Semiologia Básica de Pequenos Animais.** [2020]. Disponível em: <https://www.uniara.com.br/arquivos/file/noticias/manual-ilustrado-semiologia-basica-pequenos-animais.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2025.

WSAVA. **Lista de Medicamentos Essenciais para Gatos e Cães.** [2020]. Disponível em: <https://wsava.org/wp-content/uploads/2020/04/WSAVA-List-of-Essential-Medicines-for-Cats-and-Dogs-Portuguese.pdf>. Acesso em: 2 ago. 2025.



ANEXO III
CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS E SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
(ENSINO SUPERIOR)**

AGENTE EDUCACIONAL PEDAGÓGICO

Política Nacional de Educação Inclusiva; Dispositivos legais vigentes; Lei Brasileira de Inclusão; Base Nacional Comum Curricular (BNCC); Adaptações curriculares e plano de desenvolvimento individual; Tecnologias assistivas; O processo de aprendizagem na dimensão biológica, cognitiva, e social; Contribuições da neurociência para a educação: mecanismos de atenção, memória, emoção, linguagem e comunicação; Identificação e a análise de problemas relacionados aos processos de aprendizagem (transtornos de aprendizagem; dificuldades de aprendizagem) e suas implicações; Transtorno Específico da Aprendizagem (Dislexia e Discalculia); Transtorno da Comunicação (Distúrbio Específico da Linguagem); Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade – TDAH; Transtornos Intelectuais e Transtorno do Espectro Autista. Problemas emocionais e transtornos afetivos; Ação do pedagogo na organização do trabalho pedagógico nas instituições escolares. A aquisição da leitura e escrita. A relação entre a linguística e o processo de alfabetização. A compreensão das diferenças e interações entre a linguagem oral e a escrita.

Bibliografia sugerida:

ALIAS, Gabriela. **Desenvolvimento da aprendizagem na educação especial: Princípios, fundamentos e procedimentos na educação inclusiva.** Porto Alegre: Cengage Learning Brasil, 2019.

BENCZIK, Edyleine Bellini. **Transtorno de Déficit de Atenção / Hiperatividade:** Atualização diagnóstica e terapêutica. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008. Disponível em:

<https://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>

BRASIL, Lei n. 13.146, de 6 de jul. de 2015. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília: MEC, 2018. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-em-tempo-integral/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal.pdf

CARVALHO, Rosita Edler. **Escola inclusiva:** a reorganização do trabalho pedagógico. Porto Alegre: Mediação, 2008.

Educação inclusiva: com os pingos nos “is”. Porto Alegre:

Mediação, 2006.

COLL, César; MARCHESI, Álvaro; PALACIOS, Jesús (orgs.). **Desenvolvimento psicológico e educação:** Transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais. Vol.03. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

COSENZA, Ramon M.; GUERRA, Leonor B. **Neurociência e educação:** como o cérebro aprende. Porto Alegre: Artmed, 2011.

DUMARD, Kátia. **Aprendizagem e sua Dimensão Cognitiva, Afetiva e Social.** Porto Alegre: Cengage Learning Brasil, 2015.

FREITAS; Marcos Cesar de. **Educação inclusiva e coordenação pedagógica.** São Paulo: Cortez Editora, 2024.

GAGLIARI, Luiz Carlos. Alfabetização e linguística. São Paulo: Scipione, 2003.

KERCHES, Deborah (coord.). Autismo ao longo da vida. São Paulo: Literare Books International, 2022.

LODI, Ana Claudia Bileiro; HARRISON, Kathryn Marie Pacheco; CAMPOS, Sandra Regina Leite de; TESKE, Ottmar (orgs.). **Letramento e minorias.** 6. ed. Porto Alegre: Mediação, 2013.

MINETTO, Maria Aparecida. **Curriculo na educação inclusiva:** entendendo esse desafio. 2. ed. Curitiba: Intersaber, 2021.

PIAGET, Jean. **A psicologia da criança.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

TÉBAR, Lourenzo. **O perfil do professor mediador:** pedagogia da mediação. Tradução de Priscila Pereira Mota. São Paulo: Senac São Paulo, 2011.

TEIXEIRA, Gustavo. **Manual dos transtornos escolares:** entendendo os problemas de crianças e adolescentes na escola. 8. ed. Rio de Janeiro: BestSeller, 2017.



**ANEXO III
CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS E SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS**

VYGOTSKY, Lev Semenovich. **A formação social da mente:** o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ARQUITETO

1. Projeto arquitetônico e edificação – Métodos e técnicas de desenho e projeto Desenho arquitetônico. Programação de necessidades físicas das atividades. Viabilidade técnico-financeira. Sustentabilidade. Arquitetura bioclimática; Instalações prediais: noções básicas de instalações elétricas e hidrosanitárias, ar condicionado, telefonia, prevenção contra incêndio; Especificação de materiais e serviços e dimensionamento básico; Noções básicas de estrutura; Edifícios inteligentes.
2. Projeto de intervenção no patrimônio edificado: Patrimônio histórico e cultural urbano; Políticas públicas de preservação; Revitalização urbana e patrimônio cultural; Restauração.
3. Planos e projetos urbanos, ambientais e paisagísticos: Diagnóstico urbano; Análise crítica de espaços e propostas urbanas; Estrutura morfológica, funcional e apropriação; Estudos ambientais e socioeconômicos; Noções de sistema cartográfico, de geoprocessamento e topografia; Sustentabilidade urbana; Planejamento urbano e regional; Planejamento ambiental; Plano Diretor Municipal. Instrumentos de política urbana; Mobilidade urbana; Imagem e Paisagem; Regularização fundiária e Habitação de Interesse Social; Desenho urbano: convenções e representações; Sistema viário: noções de hierarquia e geometria; Parcelamentos urbanos; Noções de saneamento ambiental (drenagem, abastecimento, coleta e tratamento de esgotos, coleta e destinação de resíduos sólidos); Planejamento e orçamento de obras; Projeto e obras em áreas urbanas; Gestão urbana; Viabilidade econômica de empreendimentos; Soluções baseadas na natureza; Objetivos do Desenvolvimento Sustentável; Resiliência urbana e sustentabilidade; Cidades Inteligentes.
4. Avaliação de imóveis.

Bibliografia sugerida:

Legislação Municipal

- Lei Orgânica do Município de Iturama

Lei orgânica municipal nº 1, de 16 de março de 1990. Lei Orgânica do Município de Iturama e sua alteração posterior Emenda à Lei Orgânica Municipal nº 8, de 14 de maio de 1999 - Altera a redação do artigo 189, da Lei Orgânica do Município de Iturama.

- Plano Diretor

Lei Complementar nº 6, de 23 de dezembro de 2003. Institui o Código de Diretrizes Urbanísticas, fixa os Objetivos, as Diretrizes e as Estratégias do Plano Diretor de Desenvolvimento de Iturama e da outras Providências.

Lei Complementar nº 8, de 23 de dezembro de 2003. Institui o Código de Zoneamento e uso do Solo do Município de Iturama, de acordo com o Plano Diretor de Desenvolvimento e da outras Providências e sua alteração posterior Lei Complementar nº 43, de 10 de fevereiro de 2011.

Acrescenta Inciso ao Artigo 6º e Cria Nova Seção a Lei Complementar nº 08 de 23 de dezembro de 2003, que Institui o Código de Zoneamento e Uso do Solo do Município de Iturama, de acordo com o Plano Diretor de Desenvolvimento e da outras Providências.

- Lei de Parcelamento do Solo

Lei Complementar nº 7, de 23 de dezembro de 2003. Institui o Código de Parcelamento do Solo no Município de Iturama.

Lei Complementar nº 41, de 08 de dezembro de 2010. Acresce Dispositivos a Lei Complementar nº 07, de 23 de dezembro de 2003, que "Institui o Código de Parcelamento do Solo no Município de Iturama" e dá outras providências.



**ANEXO III
CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS E SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS**

Lei Complementar nº 49, de 22 de junho de 2011. Acrescenta Capítulo III-A à Lei Complementar nº 07 de 23 de dezembro de 2003, que Institui o Código de Parcelamento do Solo no Município de Iturama e dá outras providências.

Lei Complementar nº 44, de 16 de março de 2011. Acrescenta Capítulo VI-A à Lei Complementar nº 07 de 23 de dezembro de 2003, que Institui o Código de Parcelamento do Solo do Município de Iturama e dá outras providências.

Lei Complementar nº 171, de 15 de agosto de 2022. Acrescenta Capítulo VI-B à Lei Complementar nº 07 de 23 de dezembro de 2003 e alterações posteriores, que "Institui o Código de Parcelamento do Solo no Município de Iturama e dá outras providências".

Código de Postura.

Lei Complementar nº 10, de 23 de dezembro de 2003. Institui o Código de Posturas do Município de Iturama e da outras providências.

• Código de Obras

Lei Complementar nº 9, de 23 de dezembro de 2003. Institui o Código de Obras do Município de Iturama e dá outras providências.

Projeto de Lei Complementar CM nº 4 de 2021. Altera a redação do Art. 27, da Lei Complementar nº 09, de 23 de dezembro de 2003, que "Institui o código de obras do município de Iturama e dá outras providências".

• Turismo

Lei nº 4.785, de 19 de fevereiro de 2019. Fica instituído o Plano Municipal de Desenvolvimento Turístico do Município de Iturama e dá outras providências.

Lei nº 5.183, de 20 de setembro de 2023. Atualização e Reestruturação Plano Municipal de Turismo de Iturama/MG.

• Código Ambiental

Lei Complementar nº 11, de 23 de dezembro de 2003. Institui o Código Ambiental do Município de Iturama.

Lei nº 3.936, de 19 de março de 2010. Dispõe sobre o Conselho Municipal de Desenvolvimento Ambiental e o Fundo Municipal do Meio Ambiente e dá outras providências.

• Trânsito e transporte

Lei nº 4.004, de 08 de dezembro de 2010. Institui o Conselho Municipal de Transito e Transporte e Iturama/MG.

• Patrimônio e Cultura

Lei nº 3.605, de 26 de março de 2007. Estabelece Normas de Proteção do Patrimônio Cultural do Município de Iturama-MG, e dá outras providências.

Lei nº 4.062, de 04 de maio de 2011. Dispõe sobre o Conselho Municipal da Cultura de Iturama-MG e o Fundo Municipal de Cultura e dá outras providências.

Lei nº 4.094, de 16 de agosto de 2011. Dispõe sobre o Conselho Municipal da Cultura de Iturama-MG e o Fundo Municipal de Cultura de Iturama e dá outras providências.

Lei nº 4.259, de 15 de agosto de 2013. Dispõe sobre o Conselho Municipal de Política Cultural de Iturama, Estado de Minas Gerais e o Fundo Municipal de Cultura e dá outras providências.

• Saneamento

Lei nº 4.532, de 09 de dezembro de 2015. Institui a Política Municipal de Saneamento Básico de Iturama/MG e dá outras providências.

Legislação Estadual

Lei nº 20.922/2013 e suas alterações posteriores: Dispõe sobre as Políticas Florestais e de Proteção à Biodiversidade no Estado.



**ANEXO III
CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS E SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS**

Legislação Federal

Constituição Federal (Capítulo II do Título VII): Da Política Urbana.

Lei nº 10.257/01 - Estatuto da Cidade e suas alterações posteriores: Regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana.

Lei nº 6.766/79 e suas alterações posteriores: Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano.

Lei nº 10.048/00 e suas alterações posteriores (Prioridade de atendimento às pessoas que especifica, assegura a acessibilidade em edificações e no transporte público, e dá outras providências).

Lei nº 10.098/2000 e suas alterações posteriores (Normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida).

Lei nº 12.651/2012 e suas alterações posteriores (Código Florestal).

Lei nº 13.465/2017 e suas alterações posteriores (Regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal; institui mecanismos para aprimorar a alienação de imóveis da União).

Normas Técnicas

NBR 6492: Representação de projetos de arquitetura.

NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.

NBR 9077: Saídas de emergência em edifícios.

NBR 16636: Elaboração de projetos arquitetônicos e urbanísticos.

NBR 14653-1 - Avaliação de Bens.

BRANDI, Cesare. *Teoria da restauração*. Cotia: Ateliê, 2004.

CAMPOS, Vânia Barcellos Gouvêa. *Planejamento de transportes: conceitos e modelos*. Rio de Janeiro: Interciência, 2013.

CHING, Frank; ECKLER, James. *Introdução à arquitetura*. Porto Alegre, RS: Bookman, 2013.

CHING, Frank. *Técnicas de construção ilustradas*. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2017.

COELHO, Darlene Figueiredo Borges; CRUZ, Victor Hugo do Nascimento. *Edifícios inteligentes: uma visão das tecnologias aplicadas*. São Paulo: Blucher, 2017.

COELHO, Darlene Figueiredo Borges; CRUZ, Victor Hugo do Nascimento. *Edifícios inteligentes: uma visão das tecnologias aplicadas*. São Paulo: Blucher, 2017.

CORBELLA, Oscar; YANNAS, Simos. *Em busca de uma arquitetura sustentável para os trópicos: conforto ambiental*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

CORTESE, Tatiana Tucunduva P.; KNIESS, Cláudia Terezinha; MACCARI, Emerson Antonio (org.). *Cidades inteligentes e sustentáveis*. Barueri, SP: Manole, 2017.

DEL RIO, Vicente; SIEMBIEDA, William J. (org.). *Desenho urbano contemporâneo no Brasil*. Rio de Janeiro: LTC, Brassinter, 2013.

FARR, Douglas. *Urbanismo sustentável: desenho urbano com a natureza*. Porto Alegre: Bookman, 2013.

FRANCO, Maria de Assunção Ribeiro. *Planejamento ambiental para a cidade sustentável*. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2001.

GEHL, Jan. *Cidades para pessoas*. 2. ed. São Paulo, SP: Perspectiva, 2013.

LEITE, Carlos; AWAD, Juliana di Cesare Marques. *Cidades sustentáveis, cidades inteligentes: desenvolvimento sustentável num planeta urbano*. Porto Alegre, RS: Bookman, 2012.

LYNCH, Kevin. *A imagem da cidade*. 3. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

MACEDO, Silvio Soares. *Quadro do paisagismo no Brasil*. São Paulo: FAPESP, c1999.

MASCARÓ, Juan Luis. *O custo das decisões arquitetônicas*. 5. ed. Porto Alegre: Masquatro, 2010.

MASCARÓ, Juan Luis (Org.). *Infra-estrutura da paisagem*. Porto Alegre: Masquatro, 2008.

MASCARÓ, Juan Luis. *Loteamentos urbanos*. 2. ed. Porto Alegre: +4, 2005.

REBELLO, Yopanan Conrado Pereira. *A concepção estrutural e a arquitetura*. 6. ed. São Paulo: Zigurate, 2010.

SOARES NETO, Vicente. *Cidades inteligentes: guia para construção de centros urbanos eficientes e sustentáveis*. São Paulo: Érica, 2019.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *ABC do desenvolvimento urbano*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

WALL, Ed; WATERMAN, Tim. *Desenho urbano*. Porto Alegre: Bookman, 2012.



ANEXO III
CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS E SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

AUDITOR FISCAL SANITÁRIO

1. Conceitos e Fundamentos da Vigilância Sanitária: Definição, objetivos, áreas de atuação e importância da vigilância sanitária na saúde pública.
2. Sistema Único de Saúde (SUS): Princípios e diretrizes do SUS, organização da atenção à saúde, financiamento e controle social.
3. Epidemiologia e Saúde Pública: Indicadores de saúde, doenças transmissíveis e não transmissíveis, investigação epidemiológica, notificação compulsória.
4. Normas sanitárias e boas práticas que regem a fabricação e o comércio de alimentos. Vigilância, prevenção e controle de doenças transmitidas por alimentos.
5. Normas sanitárias e boas práticas que regem os serviços de saúde e os serviços de interesse para a saúde.
6. Análise de Risco em Vigilância Sanitária: Conceitos de risco, perigo e vulnerabilidade. Metodologias para avaliação e gerenciamento de riscos sanitários.
7. Gerenciamento de resíduos sólidos: Classificação de resíduos sólidos, Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) e Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS).

Bibliografia sugerida:

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Biblioteca de Produtos para a Saúde**. Brasília, DF: Anvisa, 2021. Disponível em: <https://cmqv.org/wp-content/uploads/2021/08/BIBLIOTECA-DE-PRODUTOS-PARA-SAUDE-2021.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2025.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Cartilha sobre Boas Práticas para Serviços de Alimentação**. Brasília, DF: Anvisa, 2004. Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/centraisdeconteudo/publicacoes/alimentos/manuais-guias-e-orientacoes/cartilha-boas-praticas-para-servicos-de-alimentacao.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2025.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Cartilha de Vigilância Sanitária**. 2. ed. Brasília, DF: Anvisa, 2002. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cartilha_vigilancia.pdf. Acesso em: 27 jun. 2025.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Guia para determinação de prazo de validade de alimentos**. Guia n. 16/2018. Versão 3. Brasília, DF: Anvisa, 2018. Disponível em: <https://anexosportal.datalegis.net/arquivos/1888483.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2025.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Manual de Elaboração do Código Sanitário para o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS)**. Brasília, DF: Anvisa, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/centraisdeconteudo/publicacoes/sistema-nacional-de-vigilancia-sanitaria/outras-publicacoes/manual-para-elaboracao-do-codigo-sanitario-para-snvs-versao-revisada-ggreg-05-05-2022.pdf/view>. Acesso em: 29 jun. 2025.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Manual de Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde**. Brasília, DF: Anvisa, 2006. Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/centraisdeconteudo/publicacoes/servicosdesaude/publicacoes/manual-gerenciamento-dos-residuos-de-servicos-de-saude.pdf/view>. Acesso em: 29 jun. 2025.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Resolução RDC nº 36, de 25 de julho de 2013**. Institui ações para a segurança do paciente em serviços de saúde e trata da prevenção e controle de eventos adversos, incluindo as infecções relacionadas à assistência à saúde (IRAS). Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2013/rdc0036_25_07_2013.html. Acesso em: 29 jun. 2025.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Resolução RDC nº 42, de 25 de outubro de 2010**. Dispõe sobre a obrigatoriedade da disponibilização de preparação alcoólica para fricção antisséptica das mãos, em serviços de saúde. Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/centraisdeconteudo/publicacoes/servicosdesaude/publicacoes/caderno-4-medidas-de-prevencao-de-infeccao-relacionada-a-assistencia-a-saude.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2025.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Resolução RDC nº 63, de 25 de novembro de 2011**. Dispõe sobre os Requisitos de Boas Práticas de Funcionamento para os Serviços de Saúde. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2011/rdc0063_25_11_2011.html. Acesso em: 28 jun. 2025.



ANEXO III
CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS E SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Resolução RDC nº 216, de 15 de setembro de 2004.** Dispõe sobre Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação. Disponível em: <https://www.saude.al.gov.br/wp-content/uploads/2020/06/RDC-N%C2%80-216-ANVISA-Ag%C3%A1nci-Nacional-de-Vigi%C3%A1ncia-Sanit%C3%A1ria.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2025.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Resolução RDC nº 222, de 28 de março de 2018.** Regulamenta as Boas Práticas de Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2018/rdc0222_28_03_2018.pdf. Acesso em: 29 jun. 2025.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Resolução RDC nº 275, de 21 de outubro de 2002.** Dispõe sobre o Regulamento Técnico de Procedimentos Operacionais Padronizados aplicados aos Estabelecimentos Produtores/Industrializadores de Alimentos e a lista de verificação das Boas Práticas de Fabricação em Estabelecimentos Produtores/Industrializadores de Alimentos. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2002/anexos/anexo_res0275_21_10_2002_rep.pdf. Acesso em: 30 jun. 2025.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Resolução RDC nº 560, de 30 de agosto de 2021.** Dispõe sobre a organização das ações de vigilância sanitária, exercidas pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, relativas à Autorização de Funcionamento, Licenciamento, Registro, Certificação de Boas Práticas, Fiscalização, Inspeção e Normatização, no âmbito do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária - SNVS. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 31 ago. 2021. Disponível em: <https://in.gov.br/en/web/dou-/resolucao-rdc-n-560-de-30-de-agosto-de-2021-341674991>. Acesso em: 28 jun. 2025.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Resolução RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021.** Aprova e promulga o Regimento Interno da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 dez. 2021. Disponível em: https://anvisalegis.datalegis.net/action/ActionDatalegis.php?acao=abrirTextoAto&tipo=RDC&numeroAto=0000585&seqAto=000&valorAno=2021&orgao=RDC/DC/ANVISA/MS&codTipo=&desItem=&desItemFim=&cod_menu=1696&cod_modulo=134&pesquisa=true. Acesso em: 28 jun. 2025.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Resolução RDC nº 868, de 16 de maio de 2024.** Dispõe sobre as diretrizes básicas para avaliação de risco e segurança dos alimentos. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 maio 2024. Disponível em: https://anvisalegis.datalegis.net/action/ActionDatalegis.php?acao=abrirTextoAto&tipo=RDC&numeroAto=0000868&seqAto=000&valorAno=2024&orgao=RDC/DC/ANVISA/MS&codTipo=&desItem=&desItemFim=&cod_menu=1696&cod_modulo=134&pesquisa=true. Acesso em: 28 jun. 2025.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Resolução RDC nº 978, de 06 de junho de 2025.** Dispõe sobre o funcionamento de Serviços que executam as atividades relacionadas aos Exames de Análises Clínicas (EAC) e revoga a RDC nº 786/2023. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=479369>. Acesso em: 30 jun. 2025.

BRASIL. Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999. **Aprova o Regulamento da Agência Nacional de Vigilância Sanitária e dá outras providências.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 19 abr. 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3029.htm. Acesso em: 27 jun. 2025.

BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. **Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 set. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8080.htm. Acesso em: 27 jun. 2025.

BRASIL. Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999. **Define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária e dá outras providências.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 27 jan. 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9782.htm. Acesso em: 27 jun. 2025.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS).** Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm. Acesso em: 29 jun. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **O que é o SUS: e-book interativo.** Brasília, DF: Ministério da Saúde, [s.d.]. Disponível em: <https://fiocruz.br/livro/que-e-o-sus-e-book-interativo-o>. Acesso em: 30 jun. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 2.616, de 12 de maio de 1998.** Expede diretrizes e normas para prevenção e o controle das infecções hospitalares. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/1998/prt2616_12_05_1998.html. Acesso em: 30 jun. 2025.



ANEXO III
CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS E SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Indicadores básicos para a saúde no Brasil: conceitos e aplicações**. 2. ed. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2008. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/tabdata/livroidb/2ed/indicadores.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Manual integrado de vigilância, prevenção e controle de doenças transmitidas por alimentos**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2010. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/svs/doencas-transmitidas-por-alimentos-dta/manual-integrado-de-vigilancia-prevencao-e-controle-de-doencas-transmitidas-por-alimentos>. Acesso em: 27 jun. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Vigilância epidemiológica das doenças de transmissão hídrica e alimentar**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2021. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/svs/doencas-transmitidas-por-alimentos-dta/manual_dtha_2021_web.pdf. Acesso em: 28 jun. 2025.

FIOCRUZ. **Princípios e diretrizes do SUS**. [S. I.]: Fiocruz, [s.d.]. Disponível em: <https://mooc.campusvirtual.fiocruz.br/rea/introducao-sus/modulo1/aula2.html>. Acesso em: 30 jun. 2025.

ITURAMA (MG). Lei nº 2.551, de 28 de dezembro de 2007. **Dispõe sobre o Código Sanitário do Município de Iturama**. Disponível em: <https://sapl.iturama.mg.leg.br/norma/1356?display>. Acesso em: 28 jun. 2025.

ITURAMA (MG). Lei Orgânica Municipal nº 1, de 16 de março de 1990. **Lei Orgânica do Município de Iturama**. Disponível em: <https://sapl.iturama.mg.leg.br/norma/4479?display>. Acesso em: 28 jun. 2025.

MINAS GERAIS. Lei nº 13.317, de 24 de setembro de 1999. **Dispõe sobre o Código de Saúde do Estado de Minas Gerais**. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/LEI/13317/1999/?cons=1>. Acesso em: 28 jun. 2025.

PEREIRA, M. G. **Epidemiologia: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010.

ROUQUAYROL, M. Z.; ALMEIDA FILHO, N. **Epidemiologia e saúde**. 8. ed. Rio de Janeiro: Medbook, 2018.

WHO. **Comunicação de riscos em emergências de saúde pública: um guia da OMS para políticas e práticas em comunicação de risco de emergência**. Genebra: Organização Mundial da Saúde, 2017. Disponível em: <https://iris.who.int/bitstream/handle/10665/259807/9789248550201-por.pdf?sequence=10>. Acesso em: 29 jun. 2025.

EDUCADOR DESPORTIVO

Dimensão biológica do ser humano em movimento: compreensão sobre os mecanismos bioquímicos, anatômicos, fisiológicos e cinesiológicos do exercício físico. Comportamento motor do ser humano: desenvolvimento, aprendizagem e controle dos movimentos; Aspectos metodológicos da aprendizagem das práticas corporais. Abordagens pedagógicas da Educação Física: concepções de Educação Física como área de conhecimento e suas respectivas abordagens teórico-metodológicas. Aspectos psicológicos do processo ensino e aprendizagem na Educação Física: conceitos relacionados à Psicologia do Desenvolvimento e da aprendizagem, bem como à psicologia do esporte e suas contribuições ao processo de ensino e aprendizagem das práticas corporais. Fundamentos legais e normativos da Educação Física: legislação e políticas públicas relacionadas com a Educação Física e com o esporte no Brasil. Gestão esportiva: planejamento, condução e avaliação de projetos de esporte. Educação Física e sociedade: relações com a saúde, ética, cidadania e inclusão.

Bibliografia sugerida:

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**: educação é a base. Brasília: Ministério da Educação, 2018. E-book Disponível em: https://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf.

CARDOSO, Carlos Luiz et al. **Didática da educação física**: volume 2. 4. ed. Ijuí: Unijuí, 2012. 181 p. ISBN 8574292443.

CASTRO, F. B. de; KUNZ, E. Contrapontos para a Educação Física: a relação esporte, movimento e experiência. **Kinesis**, [S. I.], v. 40, 2022. DOI: 10.5902/2316546467871. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/kinesis/article/view/67871>.



ANEXO III
CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS E SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

FREITAS, A. F. S.; LEUCAS, C. B. de L.. O desafio da inclusão: o professor de Educação Física e a construção do processo de ensino e aprendizagem com a participação de um aluno com deficiência. **Anais do XVI Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte e III Congresso Internacional de Ciências do Esporte - CONBRACE/CONICE**, 2009. Disponível em: <https://cev.org.br/media/biblioteca/4033746.pdf>.

KUNZ, Elenor (org.). **Didática da educação física**: volume 1. 5. ed. Ijuí: Unijuí, 2013. 157 p.

NAHAS, Markus Vinicius. **Atividade física, saúde e qualidade de vida**: conceitos e sugestões para um estilo de vida ativo. 7. ed. Florianópolis, Ed. do Autor, 2017, 362 p.

NORONHA, V.; TEIXEIRA, D. M. D. Gestão e avaliação: desafios para a educação física como área de conhecimento. **@rquivo Brasileiro de Educação**, v. 3, n. 5, p. 84-101, 18 mar. 2016. <https://periodicos.pucminas.br/arquivobrasileiroeducacao/article/view/P.2318-7344.2015v3n5p84/9312>

RUBIO, K. Ética e compromisso social na psicologia do esporte. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília , v. 27, n. 2, p. 304-315, jun. 2007. <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/pcp/v27n2/v27n2a11.pdf>.

SOUSA, E. S. de; TEIXEIRA, D. M. D.; VENÂNCIO, M. A. D.; RIBEIRO, C. A.; FERNANDES, D. M.; ALVES, V. de F. N.. **Sistema de Monitoramento e Avaliação dos Programas Esporte e Lazer da Cidade e Segundo Tempo do Ministério do Esporte**. 1. ed. Belo Horizonte: O Lutador, 2010. v. 1. 184p. <https://bibliotecadigital.economia.gov.br/handle/123456789/599>.

TANI, Go. **Comportamento Motor** - Conceitos, Estudos e Aplicações. Rio de Janeiro, Guanabara-Koogan, 2016, 292p.

TEIXEIRA, D. M. D.; COSTA, H. C. M.-.; ANDRADE, D. R.; FERNANDES, A. P.; MARQUES, A. P. G.; VIDIGAL, J. M. S. Relato do Encontro de Secretarias Estaduais de Minas Gerais e Municipais de Belo Horizonte vinculadas à área de atividade física e saúde. **Brazilian Journal of Development**, [S. I.], v. 7, n. 9, p. 88005–88015, 2021. <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/35673>.

ENFERMEIRO

1. O trabalho do enfermeiro no Sistema Único de Saúde (SUS).
2. Atuação gerencial e assistencial do enfermeiro em unidades de atenção primária e saúde da família.
3. Atuação gerencial e assistencial do enfermeiro nos serviços de controle e prevenção das infecções relacionadas à assistência em saúde e normas de biossegurança.
4. Atuação gerencial e assistencial do enfermeiro em unidades de internação hospitalar, especialmente nas clínicas médica e cirúrgica.
5. Atuação gerencial e assistencial do enfermeiro nos serviços de urgência e emergência: pré-hospitalar, Unidade de Pronto Atendimento e hospitalar (serviços de urgência, emergência e terapia intensiva).
6. Cálculo e Administração de Medicamentos.
7. Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem (CEPE) e lei do exercício profissional de Enfermagem.
8. Educação em saúde.
9. Gerenciamento da assistência de enfermagem e dos serviços de saúde, e Educação Permanente e continuada.
10. Programas de atenção à saúde do recém-nascido, criança, adolescente, mulher, adulto, idoso.
11. Cuidado às doenças negligenciadas em contexto de populações vulnerabilizadas.
12. Programas de Imunização e vigilância à saúde. Atenção de Enfermagem em sala de vacinação.
13. Sistematização Assistência de Enfermagem (SAE) - Sistemas de classificação da prática profissional do enfermeiro.
14. Política Nacional de Humanização (PNH).
15. Acolhimento, Classificação de risco, Protocolo de Manchester.

Bibliografia sugerida:

AMERICAN HEART ASSOCIATION. **Atualização das Diretrizes de RCP e ACE 2020**. Disponível em: https://cpr.heart.org/-/media/cpr-files/cpr-guidelines-files/highlights/highlights_2020eccguidelines_portuguese.pdf.



ANEXO III
CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS E SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

BARROSO, W.K.S. et al. **Diretrizes Brasileiras de Hipertensão Arterial - 2020**. Arquivos Brasileiros de Cardiologia. v. 116, n. 3, p. 516-658. 2021. Disponível em: https://abccardiol.org/wp-content/uploads/articles_xml/0066-782X-abc-116-03-0516/0066-782X-abc-116-03-0516.x55156.pdf

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. **Humaniza SUS**: 1º edição e 1º reimpressão / Ministério da saúde, secretaria-Executiva, Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

BRASIL. Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986. **Dispõe sobre a regulamentação do exercício da enfermagem, e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 26 jun. 1986. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7498.htm

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017. **Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da atenção básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS)**. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt2436_22_09_2017.html

BRASIL. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Portaria nº 485, de 11 de novembro de 2005. **Aprova a norma regulamentadora NR 32** (Segurança e saúde no trabalho em estabelecimentos de saúde) [Internet]. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF: 2005. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/acesso-a-informacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/comissao-tripartite-partitaria-permanente/arquivos/normas-regulamentadoras/nr-32-atualizada-2022-2.pdf>

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Imunizações e Doenças Transmissíveis. **Manual de vigilância epidemiológica de eventos adversos pós-vacinação** / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Imunizações e Doenças Transmissíveis. – 4. ed. atual. – Brasília: Ministério da Saúde, 2021. 340 p. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/vacinacao/manuais/manual_eventos_adversos_pos_vacinacao_4ed_atualizada.pdf/view

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional De Saúde. **Resolução nº 588 de 12 de julho de 2018, e atualizações**. Institui a Política Nacional de Vigilância em Saúde. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2018/Reso588.pdf>

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. **Manual de Normas e Procedimentos para Vacinação**. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_procedimentos_vacinacao.pdf

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Documento de referência para o Programa Nacional de Segurança do Paciente** / Ministério da Saúde; Fundação Oswaldo Cruz; Agência Nacional de Vigilância Sanitária. – Brasília: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/documento_referencia_programa_nacional_seguranca.pdf <https://www.gov.br/saude/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/pnsp>

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Resolução da Diretoria Colegiada, RDC nº 222, de 28 de março de 2018**. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2018/rdc0222_28_03_2018.pdf

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Especializada e Temática. **Guia para uso de hemocomponentes**. 2. ed., 1. reimpr. – Brasília: Ministério da Saúde, 2015. 136p. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_uso_hemocomponentes_2ed.pdf

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Medidas de Prevenção de Infecção Relacionada à Assistência à Saúde**. Brasília: Anvisa, 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/ptbr/centraisdeconteudo/publicacoes/servicosdesaude/publicacoes/caderno-4-medidas-de-prevencao-de-infeccao-relacionada-a-assistencia-a-saude.pdf/view>

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Portaria de consolidação nº 5, de 28 de setembro de 2017**. Capítulo II. Anexo IV (Do Sangue, componentes e derivados). Brasília: Ministério da Saúde, 2017. 856p. Disponível em: https://portalsinan.saude.gov.br/images/documentos/Legislacoes/Portaria_Consolidacao_5_28_SETEMBRO_2017.pdf

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. SECRETARIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE. **Guia de Vigilância em Saúde [recurso eletrônico]**. 5º ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2021. p. 1128.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. SECRETARIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE. **Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Atenção Integral às Pessoas com Infecções Sexualmente Transmissíveis**



ANEXO III
CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS E SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

(IST). Brasília: Ministério da Saúde, 2022. p. 215. Disponível em: https://www.gov.br/aids/pt-br/central-de-conteudo/pcdts/2022/ist/pcdt-ist-2022_isbn-1.pdf/view

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais. **Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Profilaxia Pós-Exposição (PEP) de Risco à Infecção pelo HIV, IST e Hepatites Virais.** – Brasília : Ministério da Saúde, 2021. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/protocolo_clinico_diretrizes_terapeuticas_profilaxia_pos_exposicao_risco_infeccao_hiv_ist_hepatites_virais_2021.pdf

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente. Departamento de Doenças Transmissíveis. **Dengue:** diagnóstico e manejo clínico: adulto e criança – 6. ed.

Brasília: Ministério da Saúde, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-deconteudo/publicacoes/svsa/dengue/dengue-diagnostico-e-manejo-clinico-adulto-ecrianca>

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. HOSPITAL SIRIO LIBANES. **Manual de cuidados paliativos.** Maria Perez Soares D'Alessandro (ed.), 2. ed. São Paulo: Hospital Sírio-Libanês; Ministério da Saúde, 2023. 424p. Programa de Cuidados Paliativos no SUS – Atenção Hospitalar, Ambulatorial Especializada e Atenção Domiciliar, 2021 - 2023, do PROADI-SUS. 2023. Disponível em: <https://proadi-sus.org.br/manual-cuidados-paliativos.pdf>

CARVALHO, R. de. BIANCHI, E.R.F. **Enfermagem em Centro Cirúrgico e Recuperação.** – 2.ed. – Barueri, SP: Manole, 2016. – (Série Enfermagem). 405 p.

BRUNNER, Lilian Sholts; SUDDARTH, Dóris Smith. **Tratado de Enfermagem Médico Cirúrgica.** 14 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2020.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. **Decreto nº 94.406/87.** Regulamenta a Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986, que dispõe sobre o exercício da Enfermagem, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.cofen.gov.br/decreto-n-9440687/>

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. **RESOLUÇÃO COFEN Nº 736/2024.** Dispõe sobre a implementação do Processo de Enfermagem em todo contexto socioambiental onde ocorre o cuidado de enfermagem. Disponível em: <https://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-736-de-17-de-janeiro-de-2024/>

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. Resolução nº 514, de 5 de maio de 2016. **Recomendações para os registros de Enfermagem.** Brasília, 2016. Disponível em: http://www.cofen.gov.br/resolucaocofen-no-05142016_41295.html

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. **Resolução COFEN nº 564/2017.** Aprova o novo Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem, 2017. Disponível em: <https://www.corenmg.gov.br/legislacao/codigo-de-etica/>

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. **Boas práticas: Cálculo seguro Volume II:** Cálculo e diluição de medicamentos. Disponível em: <http://biblioteca.cofen.gov.br/wp-content/uploads/2018/04/boas-praticas-calcular-seguro-volume-2-cálculo-e-diluição-de-medicamentos.pdf>.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. **Resolução CFM nº 2.173, de 23 de novembro de 2017.** Define os critérios do diagnóstico de morte encefálica. Diário Oficial da União. Disponível em: <https://portal.cfm.org.br/noticias/cfm-atualiza-resolucao-com-criterios-de-diagnostico-da-morte-encefalica/>

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM- COREN – SP. **Uso seguro de medicamentos: guia para preparo, administração e monitoramento.** São Paulo 2017. Disponível em: <http://www.coren-sp.gov.br/sites/default/files/usoseguro-medicamentos.pdf>.

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE MINAS GERAIS - COREN-MG. **Cuidado à pessoa com ferida cutânea:** manual de orientações quanto à competência técnico-científica, ética e legal dos profissionais de enfermagem. 2 ed. Belo Horizonte: COREN-MG, 2023. 207p. Disponível em: www.corenmg.gov.br

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE MINAS GERAIS - COREN-MG. **Acolhimento, triagem e classificação de risco: manual de competência técnico-científica, ética e legal dos profissionais de enfermagem - Belo Horizonte:** COREN-MG, 2020. Disponível em: <http://www.corenmg.gov.br/manuais/>

DURO, C. L. M. Cartilha de orientações para profissionais de enfermagem sobre o cuidado com lesões na pele. Porto Alegre: URGES, 2018. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/197706/001084686.pdf?sequence=1>.

European Pressure Ulcer Advisory Panel, National Pressure Injury Advisory Panel and Pan Pacific Pressure Injury Alliance. **Prevenção e tratamento de úlceras/lesões por pressão:** guia de consulta rápida. (edição em português brasileiro). EmilyHaesler(Ed.). EPUAP/NPIAP/PPPIA: 2019. Disponível em: <https://www.epuap.org/wp-content/uploads/2020/11/qrg-2020-brazilian-portuguese.pdf>



ANEXO III
CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS E SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

EVANS, L. et al. **Campanha de Sobrevivência à Sepse**: Diretrizes Internacionais para o Manejo da Sepse e Choque Séptico 2021. Crit Care Med. 2021;49(11):e1063-e-1134. Disponível em: <https://www.sccm.org/sccm/media/PDFs/Surviving-Sepsis-Campaign-2021-Portuguese-Translation.pdf>.

HOCKENBERRY, Marilyn J; Wilson, David. **Fundamentos de Enfermagem Pediátrica**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2018.

KNOBEL E. **Monitorização hemodinâmica e estados de choque**. São Paulo: Atheneu, 2022.

KURCGANT, P. (Coord.) **Gerenciamento em enfermagem**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan; 2023.

MORTON, Patrícia Gonçalves, et al. **Cuidados críticos de enfermagem**: Uma Abordagem Holística. 11ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2019.

NATIONAL ASSOCIATION OF EMERGENCY MEDICAL TECHNICIANS. **PHTLS**: prehospital trauma life support: atendimento pré-hospitalar ao traumatizado. 9. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2020.

NANDA. **Diagnósticos de Enfermagem da Nanda 2021/2023**: Definições e Classificação – Nanda International. 12ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2021.

NETTINA, Sandra M. Prática de Enfermagem. 11ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2021.

Diretrizes de Práticas em Enfermagem Perioperatória e Processamento de Produtos para Saúde. Associação Brasileira de Enfermeiros de Centro Cirúrgico, Recuperação Anestésica e Centro de material e Esterilização. 8ª ed. São Paulo: SOBECC Nacional, 2021.

NICOLAU et al. **Diretrizes da Sociedade Brasileira de Cardiologia sobre Angina instável e Infarto Agudo do Miocárdio sem Supradesnível do Segmento ST - 2021**. Arq Bras Cardiol. 2021;117(1):181–264.

POTTER, P.A.; PERRY, A.G.P. **Fundamentos de Enfermagem**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2018. p. 1392.

SANTANA, Júlio César Batista; DUTRA, Bianca Santana; MELO, Clayton Lima; FERNANDES, Daniel dos Santos; MORAIS, Daniela Aparecida; MARGOTI, Felipe Henrique; QUEIROZ, Giselle Dias de; GONÇALVES, Paula Caroline; DARÉ, Ana Carolina de Castro Bahia (Orgs.). **Atendimento pré-hospitalar:procedimentos básicos e especializados** 2. ed. Curitiba: Editora CRV, 2025.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE IMUNIZAÇÕES (SBI). **Calendários, informes e notas técnicas relacionadas à vacinação da criança, do adolescente, do adulto, do idoso e da gestante-Recomendações 2023/2024**. Disponível em: <https://sbit.org.br>

SOUZA, A. L. V.; MOREIRA, A. M.; XAVIER, A. T. F.; CHAVES, F. A.; TORRES, H. C.; HITCHON, M. E. S.; CAVICCHIOLI, M. G. S.; DOMPIERI, N. B.; BAADE, R. T. W. **Consulta de enfermagem no acompanhamento das pessoas com diabetes mellitus tipo 2 na atenção primária em saúde**. Sociedade Brasileira de Diabetes. São Paulo: 2022.

SOUZA, PCP; KNIBEL, MF. **Gestão, Qualidade e Segurança em UTI**. CMIB- Clínicas de Medicina Intensiva Brasileira. 2a Edição. Editora Atheneu, 2023.

TANNURE, MC. PINHEIRO, AM. **Sistematização da Assistência de Enfermagem**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 2019.

TANNURE, MC. PINHEIRO, AM. **Semiologia**: bases clínicas para o processo de enfermagem. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.282 p.

VIANA, RAP; NETO, JMR. **Enfermagem em Terapia Intensiva**: práticas baseadas em evidências. 2. ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 2021.

ENGENHEIRO AGRÔNOMO

1. Agricultura Geral: Conceitos, importância, classificação agronômica das culturas. As plantas: morfologia, órgãos, reprodução, sementes, plantio. Clima, relação solo-água-clima-planta.
2. Fruticultura, Olericultura, Grandes Culturas, Silvicultura. Propagação, técnicas culturais, colheita, pós-coleta. Nutrição, Adubos e Adubação. Fitopatologia, Entomologia e Ervas Daninhas. Receituário Agronômico, produtos agrotóxicos, manejo integrado de pragas e doenças, medidas de controle.
3. Recursos Naturais Renováveis: Solos, capacidade de uso, preparo, uso e conservação, erosão. Recursos Hídricos, bacias hidrográficas. Florestas do Brasil, Biomas e Biodiversidade. Recuperação de Áreas Degradadas.



**ANEXO III
CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS E SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS**

4. Meio Ambiente: Conceitos, Gestão, Desenvolvimento Sustentável. Educação Ambiental. Licenciamento Ambiental, Legislação Florestal e Ambiental, Integração Homem Ambiente. Ecossistemas, poluição, saneamento.
5. Metodologia em Extensão Rural. Economia rural, Agronegócio.

Bibliografia sugerida:

- ARAÚJO, G.H.S., ALMEIDA, J.R., GUERRA, A.J.T. *Gestão Ambiental de áreas degradadas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- BARROS, R.T de V et allii. *Saneamento – Manual de Saneamento e Proteção Ambiental para os Municípios Vol. II*. Belo Horizonte: Escola de Engenharia da UFMG, 1995.
- BRILHANTE, O. M.; CALDAS, L.Q.A. (coord.) *Gestão e avaliação de risco em saúde ambiental*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 1999.
- BRASIL. *Lei dos Agrotóxicos. Lei nº 14.785/2023 e Decreto 4074/2002*.
- CLEMENTE, FLÁVIA M.V.T. *Produção de Hortaliças para Agricultura Familiar*. Brasília, EMBRAPA, 2015.
- FERNANDES, M.R. *Manejo Integrado de Bacias Hidrográficas: Fundamentos e Aplicações*. Belo Horizonte: SMEA/CREA, 2010.
- GALLO, D. e outros. *Manual de Entomologia Agrícola*. 2ª. ed. São Paulo: Ed. Agronômica Ceres, 1988.
- GOMES, J.M. & PAIVA, H.N. *Viveiros florestais (Propagação sexuada) (Cadernos didáticos n.º 72)*. 3ª ed. Viçosa: UFV, 2004.
- MALAVOLTA, E. e outros. *Nutrição Mineral e Adubação de Plantas Cultivadas*. São Paulo: Ed. Pioneira, 1974.
- MINAS GERAIS. DN COPAM nº 217/2017 e suas alterações – *Critérios e classificação de empreendimentos e atividades modificadoras do meio ambiente*.
- PEREIRA, A.R. *Como Selecionar plantas para áreas degradadas e controle de erosão*. Belo Horizonte: Ed. FAPI, 2006.
- PEREIRA, M.N. (coordenador). *Métodos e Meios de Comunicação em Extensão Rural – Glossário*. Porto Alegre, RS: EMATER/RS e ASCAR, 2009.
- PHILIPPI JR., A. (ed.). *Saneamento, Saúde e Ambiente: Fundamentos para um Desenvolvimento Sustentável*. Barueri, SP: Manole, 2005.
- Portal Meio Ambiente MG. www.meioambiente.mg.gov.br.
- Revista *INFORME AGROPECUÁRIO*. Belo Horizonte: EPAMIG.
- SANCHEZ, L.E. – *Avaliação de Impacto Ambiental: conceitos e métodos*. São Paulo: Oficina de Textos, 2008.

ENGENHEIRO AMBIENTAL

1. Biologia e Saúde Ambiental.
2. Gestão Ambiental.
3. Legislação e Estudos Ambientais.
4. Química ambiental e Saneamento.
5. Educação ambiental.
6. Controle da poluição.
7. Perícia ambiental e redação de laudos.

Bibliografia sugerida:

- ALMEIDA, J.R. et al. *Perícia Ambiental*. Rio de Janeiro: Thex Ed., 2000.
- BRILHANTE, O. M.; CALDAS, L.Q.A. (coord.) *Gestão e avaliação de risco em saúde ambiental*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 1999.
- COSTA, A.S.V. Livro Didático: *Introdução a gestão ambiental*. Governador Valadares: UNIVALE, 2011.
- DAL FORNO, M.A.R (org.). *Fundamentos em gestão ambiental*. SEAD/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017.
- FIKER, J. *Avaliação de Imóveis. Manual de Redação de laudos*. 1.ed. São Paulo: Pini, 1989.
- FROTA, E. B. & VASCONCELOS, N.M.S. *Química Ambiental*. 2 ed. Fortaleza: Ed. UECE, 2019.



ANEXO III
CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS E SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

FUNASA. *Manual de saneamento*. 5.ed. Brasília: Fundação Nacional de Saúde, 2019.

MINAS GERAIS. DN COPAM nº 217/2017 e suas alterações – *Critérios e classificação de empreendimentos e atividades modificadoras do meio ambiente*.

PHILIPPI JR., A. (ed.). *Saneamento, Saúde e Ambiente: Fundamentos para um Desenvolvimento Sustentável*. Barueri, SP: Manole, 2005.

Portal Meio Ambiente MG. www.meioambiente.mg.gov.br.

Revista *INFORME AGROPECUÁRIO*. Belo Horizonte: EPAMIG.

SANCHEZ, L.E. – *Avaliação de Impacto Ambiental: conceitos e métodos*. São Paulo: Oficina de Textos, 2008.

FONOAUDIÓLOGO

- Audiologia:** sistema auditivo: desenvolvimento das habilidades auditivas; avaliações auditivas; habilitação e reabilitação dos distúrbios da audição; seleção e adaptação de próteses auditivas.
- Voz:** fisiologia da produção vocal; classificação; avaliação e tratamento fonoaudiológico das disfonias.
- Motricidade orofacial:** desenvolvimento das funções estomatognáticas; avaliação, diagnóstico e tratamento fonoaudiológico em motricidade orofacial: gagueira, respirador oral, disfunção temporomandibular
- Fala:** alterações de fala: disartrias, distúrbios articulatórios, desvios fonológicos.
- Linguagem:** aquisição; desenvolvimento; alterações; avaliação e intervenção fonoaudiológica nas linguagens oral e escrita.
- Saúde Pública:** Fonoaudiologia e Saúde Pública. Inserção da Fonoaudiologa na Saúde Pública.

Bibliografia sugerida:

AZONI, CAS; LIRA JO; LAMONICA DA; BRITTO DBO. Tratado de Linguagem: perspectivas contemporâneas. Segunda Edição. Ribeirão Preto: BookToy, 2023

CARTILHA SUS: Contribuição da Fonoaudiologia para o avanço do SUS. Conselho Federal de Fonoaudiologia. 2015. Disponível em: <https://fonaudiologia.org.br/comunicacao/cartilha-sus-contribuicao-da-fonaudiologia-para-o-avanco-do-sus/>

FERNANDES, FDM; MENDES, BCA; NAVAS, ALPGP. Tratado de Fonoaudiologia. Segunda Edição, São Paulo: Roca, 2009.

MARCHESAN, I Q. Tratado das Especialidades em Fonoaudiologia. Rio de Janeiro: Roca, 2014 (Livro eletrônico)

MIRANDA, MD; MENDES, DA SILVA, ACG, Andrade AL: Assistência fonoaudiológica no SUS: a ampliação do acesso e o desafio de superação das desigualdades. Rev. CEFAC. 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-18462015000100071.

MOREIRA MD; MOTA HB: Os caminhos da fonoaudiologia no sistema único de saúde – SUS. Rev. CEFAC. 2009 Jul-Set;11(3):516-521. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rcefac/a/Y7BtfGzz53ZYgBfHQdFQfKg/?format=pdf&lang=pt>

NUTRICIONISTA

- Técnica dietética: grupos de alimentos: seleção, recebimento, armazenamento, métodos de pré-preparo e preparo; fatores físicos, químicos, biológicos que modificam os alimentos; características sensoriais dos alimentos; indicadores; fator de correção, fator de cocção, densidade, custo e valor nutricional; rotulagem nutricional.
- Planejamento de cardápios para coletividades saudáveis, enfermas, lactente, pré-escolar, adolescente, idoso; programa nacional de alimentação escolar; programa de alimentação do trabalhador.
- Avaliação nutricional: bioquímica, antropométrica, clínica, consumo alimentar nos ciclos de vida; recomendação, necessidades nutricionais e estudo de dietas adequadas nos ciclos de vida.
- Nutrição clínica; fisiopatologia e prescrição dietoterápica nas diferentes patologias terapia nutricional oral e enteral; dietas modificadas pela consistência e composição química.



ANEXO III
CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS E SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

5. Unidades de Alimentação e Nutrição; planejamento físico e funcional; gestão de recursos humanos; gestão de compras, gestão de custos, saúde e segurança no trabalho; garantia de qualidade na produção de refeições; investigação epidemiológica de surtos de doenças de origem alimentar; boas práticas de fabricação de alimentos; procedimentos operacionais padronizados; análise de perigos e pontos críticos de controle; legislação aplicadas a vigilância sanitária dos alimentos.

6. Saúde coletiva; processo saúde-doença; modelos assistenciais; políticas públicas de saúde no Brasil; sistema único de saúde; atenção primária à saúde; epidemiologia dos problemas nutricionais brasileiros; situação alimentar e nutricional no Brasil e segurança alimentar; educação nutricional; educação em saúde.

Bibliografia sugerida:

ABESO. Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade e Síndrome Metabólica. **Posicionamento sobre o tratamento nutricional do sobre peso e da obesidade.** 1ª ed., 2022. Disponível em: https://abeso.org.br/wp-content/uploads/2022/11/posicionamento_2022-alterado-nov-22-1.pdf.

SBP. **Consenso sobre anemia ferropriva.** 2021, 7p. Disponível em: https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/23172c-Diretrizes-Consenso_sobre_Anemia_Ferropriva.pdf
BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. **Manual de atenção às pessoas com sobre peso e obesidade no âmbito da Atenção Primária à Saúde (APS) do Sistema Único de Saúde**–Brasília: Ministério da Saúde, 2022. 55 p. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_atencao_pessoas_sobre peso_obesidade.pdf.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Resolução RDC nº 216, de 15 de setembro de 2004.** Dispõe sobre Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação. Diário Oficial da União; Poder Executivo, de 16 de setembro de 2004. Disponível em https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2004/res0216_15_09_2004.html.

BRASIL. **Portaria Interministerial Nº. 66, de 25 de Agosto de 2006.** Altera os parâmetros nutricionais do Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT. Brasília, 2006.

BRASIL. **Caderno de referência sobre alimentação escolar para estudantes com necessidades alimentares especiais.** Programa Nacional de Alimentação Escolar. Brasília: FNDE, 2016. Disponível em: https://www.fnde.gov.br/phocadownload/programas/alimentacao_escolar/2017/Manuais/Caderno%20de%20Referencia%20-%20Alimentao%20Escolar%20para%20Estudantes%20com%20necessidades%20alimentares%20especiais.pdf

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação **Resolução CD/FNDE nº 3, de 4 fevereiro de 2025.** Altera a resolução CD/FNDE no 6, de 8 de maio de 2020. Disponível em: [file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/RESOLUCAO_CD_FNDE_N%C2%BA_3__DE_4_DE_FEVEREIRO_DE_2025%20\(3\).pdf](file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/RESOLUCAO_CD_FNDE_N%C2%BA_3__DE_4_DE_FEVEREIRO_DE_2025%20(3).pdf).

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Planejamento de cardápios para a alimentação escolar.** 2022. Disponível em: https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/pnae/manuais-e-cartilhas/MANUAL_V8.pdf

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Promoção da Saúde. **Matriz para Organização dos Cuidados em Alimentação e Nutrição na Atenção Primária à Saúde** [recurso eletrônico] 2022. 91 p. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/matriz_alimentacao_nutricao.pdf.

BRASIL. **Portaria GM/MS número 635, de 22 de maio de 2023.** Diário oficial da união, 22/03/2023. Institui define e cria incentivos financeiros federal de implantação, custeio e desempenho para as modalidades de equipes multiprofissionais de atenção primária à saúde.

CET-SUAS/CFN **Documento orientador para as propostas da agenda de alimentação e nutrição na 14ª Conferência Nacional de Assistência Social.** 2025. 44p. Disponível em: <https://www.cfn.org.br/wp-content/uploads/2025/06/14%C2%AA-CONFER%C3%8ANCIA-NACIONAL-DE-ASSIST%C3%8ANCIA-SOCIAL.pdf>.



**ANEXO III
CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS E SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS**

Consenso brasileiro de nutrição oncológica da SBNO - Sociedade Brasileira de Nutrição Oncológica, Rio de Janeiro: Edite, 2021. 164 p. Disponível em: https://sbno.com.br/wp-content/uploads/2021/07/consenso_2021.pdf.

CINTRA, P. E-book Gestão de UAN. Post 400. Nutrição Atenta. 2023. Disponível em: file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/E-book%20de%20Gest%C3%A3o%20de%20UAN%20%202023%20correto%20(1).pdf

CUPPARI, L. Nutrição clínica do adulto. 4ª ed. São Paulo Editora Manole, 2018. 624p.

FORSYTHE, S. J. Microbiologia da Segurança Alimentar. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2013. 607 p.

Izar, M.C.O.;Giraldez , V.Z.R.; Bertolami, A.; Santos Filho, R.D.S.; Lotenberg, A.M.; Assad, M.H.V., et al. Atualização da Diretriz Brasileira de Hipercolesterolemia Familiar – 2021. **Arq Bras Cardiol.** 2021; 117(4):782-844. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/abc/a/4g6FtXJs6Wrj4ytHKqdFbnc/?format=pdf&lang=pt>.

MOREIRA, L. N. Técnica dietética. Rio de Janeiro: SESES, 2016.

TERAPEUTA OCUPACIONAL

1. Fundamentos da Terapia Ocupacional.
2. Ética e deontologia da Terapia Ocupacional.
3. Principais modelos e abordagens em Terapia Ocupacional.
4. Proposta de trabalho nos Núcleos Ampliados de Saúde da Família e Atenção Básica.
5. Rede de Cuidados da Pessoa com Deficiência.
6. Rede de Atenção Psicossocial.
7. Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF).
8. Avaliação terapêutico ocupacional em todos os ciclos de vida, considerando a funcionalidade e áreas de desempenho ocupacional, componentes de desempenho, contexto, equipamentos e tecnologia assistiva, padrões de desempenho.
9. Terapia ocupacional em condições sociais: determinantes sociais de saúde, cidadania e direitos ocupacionais.
10. Terapia ocupacional em saúde mental: desempenho ocupacional de pessoas com sofrimento mental e/ou em uso abusivo de álcool e drogas, oficinas terapêuticas, saúde mental no SUS e reforma psiquiátrica.

Bibliografia sugerida:

- AFONSO, Maria L. (Org). Oficinas em dinâmica de grupo: um método de intervenção psicossocial. 3ª Ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2013.
- ALMEIDA, P. H. T. Q. DE. et al.. Terapia ocupacional na artrite reumatoide: o que o reumatologista precisa saber?. Revista Brasileira de Reumatologia, v. 55, n. 3, p. 272–280, maio 2015.
- BERNARDO, L. D.Idosos com doença de Alzheimer: uma revisão sistemática sobre a intervenção da Terapia Ocupacional nas alterações em habilidades de desempenho. Cad. Bras. Ter. Ocup., São Carlos, v. 26, n. 4, p. 926-942, 2018.
- BRASIL. Portaria nº 2.528 de 19 de outubro de 2006. Aprova a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2013.
- BRASIL. Portaria nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011. Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2011.
- BRASIL. Portaria de Consolidação nº 3 /GM/MS de 28 de setembro de 2017.Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2017.
- CARO, C. C.; COSTA, J. D.; CRUZ, D. M. C. DA. O uso de dispositivos auxiliares para a mobilidade e a independência funcional em sujeitos com Acidente Vascular Cerebral. Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional, v. 26, n. 3, p. 558–568, jul. 2018.
- COFFITO. Resolução nº 425, de 08 de Julho de 2013. Estabelece o Código de Ética e Deontologia da Terapia Ocupacional. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2013.



**ANEXO III
CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS E SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS**

COFFITO. Resolução Nº 458, de 20 de novembro de 2015 – Dispõe sobre o uso da Tecnologia Assistiva pelo terapeuta ocupacional e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2015.

COFFITO. Resolução Nº 477, de 20 de dezembro de 2016 – Reconhece e Disciplina a Especialidade Profissional de Terapia Ocupacional em Gerontologia e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2017.

COFFITO. Resolução Nº 500, de 26 de dezembro de 2018. Reconhece e disciplina a especialidade de Terapia Ocupacional no Contexto Escolar, define as áreas de atuação e as competências do terapeuta ocupacional especialista em Contexto Escolar e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2018.

CREPEAU, E. B., COHN, E. S., & SCHELL, B. A. B. Willard & Spackman: Terapia Ocupacional. 11ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.

DRUMMOND, A. F.; REZENDE, M. B. Intervenções da Terapia Ocupacional. Belo Horizonte: Editora UFMG; 2008.

GOMES, D., TEIXEIRA, L., & RIBEIRO. J. Enquadramento da Prática da Terapia Ocupacional: Domínio & Processo. 4ª Edição. Versão Portuguesa de Occupational Therapy Practice Framework: Domain and Process 4th Edition (AOTA - 2020). Politécnico de Leiria, 2021.

HAMMELL, K.W. Ações nos determinantes sociais de saúde: avançando na equidade ocupacional e nos direitos ocupacionais. Texto traduzido pelo Prof. Dr. Vagner dos Santos, da Charles Sturt University, Austrália, em contribuição com os Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional. Cad Bras Ter Ocup. Jan;28(1):378–400, 2020.

MORATO, G. G.; LUSSI, I. A. O. Contribuições da perspectiva de Reabilitação Psicossocial para a Terapia Ocupacional no campo da saúde mental. Cad. Bras. Ter. Ocup., São Carlos, v. 26, n. 4, p. 943-951, 2018.

OLIVEIRA, H. T. de; FÉLIX, L. A.; SOUSA, L. S. de ; LINHARES, L. C.; ROCHA, T. D.; CORRÊA, V. G. de S. ; FANGEL, L. M. V. . O uso da Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF) por terapeutas ocupacionais em pesquisa: revisão integrativa. Research, Society and Development, [S. I.], v. 11, n. 13, p. e436111335901, 2022. DOI: 10.33448/rsd-v11i13.35901. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/35901>. Acesso em: 23 jun. 2025.

Organização Mundial da Saúde (OMS). Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; 2008.

PFEIFER, L. I. et al. Terapia Ocupacional na infância: procedimentos para a prática clínica. São Paulo: Memnon, 2020.

SILVA, M.J.; MALFITANO, A.P.S. Oficinas de atividades, dinâmicas e projetos em Terapia Ocupacional Social como estratégia para a promoção de espaços públicos. Interface, Botucatu, 2021.

TROMBLY, Catherine A. et al. Terapia ocupacional para disfunções físicas. 6.ed. São Paulo: Santos, 2017.

* * *



ANEXO IV - REQUERIMENTO PARA DEVOLUÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

(Preencher em letra de forma)

Assinale o Motivo da solicitação:

- pagamento extemporâneo.
 - pagamento em duplicidade do mesmo boleto.
 - pagamento em desconformidade com o valor da taxa de inscrição.
 - cancelamento ou suspensão do concurso, nos termos da Lei Estadual nº 13.801, de 2000.
 - exclusão do cargo oferecido neste Edital.
 - alteração na data das provas.

Solicito cancelamento da minha inscrição no Processo Seletivo Simplificado da **Prefeitura Municipal de Iturama do Estado de Minas Gerais, Edital nº 01/2025**, requerendo a devolução do valor pago a título de Taxa de Inscrição. Para comprovação, anexo a este requerimento cópia do documento de identidade, cópia do(s) boleto(s) bancário(s) quitado(s) ou o mesmo acompanhado do(s) respectivo(s) comprovante(s) de pagamento e informo a seguir os dados da conta bancária para depósito.

Dados da Conta Bancária:

- A conta bancária deverá ser, preferencialmente, do próprio candidato. **Não é permitido Conta Salário ou Poupança.**
 - Caso a conta bancária não seja de titularidade do candidato, será IMPRESCINDÍVEL constar o nome completo, CPF, RG, parentesco e assinatura do titular nos campos abaixo:

**ASSINATURA DO
TITULAR:**

Nome do BANCO:	Número do Banco:
Número da AGÊNCIA:	Dígito da Agência (se houver):
Número da CONTA CORRENTE:	Dígito da Conta Corrente (se houver):

Declaro estar ciente da impossibilidade de devolução da taxa de inscrição caso o requerimento não esteja devidamente preenchido e legível.

Termos em que, pede deferimento.

_____, ____ de _____ de _____.
(cidade) (dia) (mês)

**ASSINATURA DO
CANDIDATO:** _____



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITURAMA
DO ESTADO DE MINAS GERAIS

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - PSS
EDITAL Nº 01/2025



DECLARAÇÃO DE COMPARECIMENTO

Declaramos para os devidos fins que o candidato a seguir identificado compareceu à realização das provas do Processo Seletivo Simplificado/PSS da **Prefeitura Municipal de Iturama do Estado de Minas Gerais - Edital Nº 01/2025**, realizado nesta data.

Nome do candidato	
Nº Documento	
Horário	das: ____ h ____ min ás ____ h ____ min

Iturama, ____ de _____ de 2025.

FUMARC – FUNDAÇÃO MARIANA RESENDE COSTA

Av. Francisco Sales, 540 – Floresta – 30150-220 – Belo Horizonte – MG
Tel: (31) 3249-7455 – www.fumarc.com.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITURAMA DO ESTADO DE
MINAS GERAIS
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - PSS
EDITAL Nº 01/2025



ANEXO VI

TERMO DE AUTODECLARAÇÃO ÉTNICO-RACIAL (NEGRO/PRETO OU
NEGRO/PARDO)

Eu _____, portador(a) do RG nº _____, CPF nº _____, inscrito (a) no Processo Seletivo Simplificado da Prefeitura Municipal de Iturama do Estado de Minas Gerais regido pelo Edital Nº 01/2025, optante pela reserva de vagas para pessoas negras, declaro, para os devidos fins, que sou

NEGRO/PRETO

NEGRO/PARDO

Declaro, ainda, que as informações prestadas são de minha inteira responsabilidade, bem como estar ciente que:

I. O processo de heteroidentificação (validação) da minha autodeclaração étnico-racial tomará por referência meu fenótipo de pessoa negra (de cor preta ou parda), cujo critério a ser adotado pela banca será a análise do **conjunto de características físicas**, predominantemente, a cor da pele, **acrescida** da observância da textura do cabelo, da formação do nariz, da boca etc., conforme o quesito cor ou raça usado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, que combinadas ou não, permitam que eu seja socialmente reconhecido/a, ou não, como uma pessoa negra. Por isso, não será considerada, em nenhuma hipótese, a minha ascendência.

II. A constatação de inverdade ou de fraude nesta declaração, apurada em qualquer momento, por meio de procedimento administrativo que me assegure o contraditório e a ampla defesa, ensejará em perda do emprego público, sem prejuízo das sanções penais eventualmente cabíveis.

III. É de minha inteira responsabilidade acompanhar a(s) publicação(ções) relativa(s) à validação da minha autodeclaração étnico-racial, na página da FUMARC.

_____/_____, de _____ de _____.
Cidade UF dia mês ano

Assinatura do(a) Candidato(a)